



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

FÁBIO COIMBRA

BELO HORIZONTE, 2015.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fábio Coimbra

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof.^a Dr.^a Araci Rodrigues Coelho – Avaliadora

Prof.^a Giselle Cristina Rodrigues – Orientadora

Fábio Coimbra

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa Dalila, meus filhos Cecília, Elis, Dante e minha mãe Maria Helena pelo apoio, paciência e compreensão. Graças ao seu apoio foi possível a dedicação necessária para o término desse curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus familiares e amigos pela força durante esses meses de estudos e trabalhos, às professoras Sírnia das Graças Macedo Coimbra e Sebastiana Antunes da Silva e aos professores Odilon Brant da Silva e Reginaldo Ribeiro da Silva. E principalmente agradeço a minha diretora Iolanda de Lourdes Oliveira, com a qual dividi todo esse período da nossa formação.

EPÍGRAFE

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de conclusão de Curso tem por objetivo discutir a importância de se promover a interação entre a escola e as famílias da sua comunidade escolar, sob a perspectiva da gestão democrática. Levando-se em consideração principalmente, a necessidade de se conhecer melhor a família do aluno, para que essa possa auxiliar a escola no processo ensino-aprendizagem, em consonância com as ações previstas no seu Projeto Político Pedagógico. Por fim, mostrar práticas já realizadas na Escola Estadual Coronel Coimbra, orientadas para o crescimento e fortalecimento da sua interação com os familiares de seus alunos.

Palavras-chave: família, escola, aprendizagem, interação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	19

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Coronel Coimbra, situada na Rua Salvador Andrelino Ribeiro, 179, Centro, Carbonita, MG, há mais de seis décadas exerce papel importantíssimo na vida dos cidadãos deste município. Desde o fim da década de 1980, oferta à cidade o Ensino Fundamental e Médio, naquela época chamados de 1º e 2º Graus. Durante a maior parte desse período, formou crianças e jovens da pré-infância à formação profissional, o antigo Magistério.

Porém, a partir das mudanças nas políticas educacionais, tanto a nível federal, quanto estadual, o foco do ensino na escola foi mudando aos poucos. Com a criação de outra escola por parte do estado, a Escola Estadual Mestra Aurora, ainda na década de 1980 e a posterior municipalização do Ensino Fundamental, prevista pela Lei 9.394/96, o público atendido foi diminuindo, bem como sua oferta de turmas de Anos Iniciais e, posteriormente, Anos Finais do Ensino Fundamental.

Assim, atualmente a escola atende a alunos dos bairros Centro, São Vivente, Boa Vista, Nossa Senhora de Fátima, Cruzeiro, Liliane e Bairro dos Leites, a partir do 7º Ano do Ensino Fundamental. Já o público do Ensino Médio é bem maior e diversificado; além dos bairros já citados, há os alunos das outras partes da cidade, antes atendidos pela Escola Estadual Mestra Aurora: Varginha, Monte Belo, Simão, Água Branca e Bairro Industrial, bem como os alunos advindos da rede municipal de ensino, que mantém escolas nos distritos do município. A escola conta também com um segundo endereço, no qual funcionam três turmas de Ensino Médio, no povoado de Monte Belo, onde estudam alunos desse distrito e também de Mercadinho, Tomé, Constantino, Cruz Carapina e Capoeirão. Parte destes alunos percorre entre 05 e 20km para chegarem à escola e os professores 18km, todos atendidos pelo transporte escolar.

A escola conta com uma localização central, fato que facilita o acesso de todos, mas é um prédio antigo que, mesmo submetido a várias reformas, mantém sempre alguns problemas na sua estrutura. Por exemplo, para o uso dos alunos, há um número considerável de computadores no laboratório de informática, 32 ao todo, com *internet* banda larga, porém o espaço é pequeno. Situação semelhante é a da biblioteca, há um acervo muito bom, mas ainda há algumas estantes antigas e poucas mesas. Sua quadra poliesportiva dista cerca de 01km do seu prédio, fato

que gera diversos transtornos que vão desde a sua depredação por vândalos e terceiros, a ocorrências envolvendo os alunos no percurso durante as aulas.

O corpo docente é formado por 55 professores, entre efetivos e designados (números de 2014), todos graduados e boa parte destes com pós-graduação *Lacto Senso*. Há sempre a preocupação de se realizar planejamentos coletivos e por área, a fim de se desenvolver e manter os projetos da escola, como: *Competição Literária, Arte em Toda Parte, Jogos Internos, Feira de Ciências, Cultura e Tecnologias* e aqueles realizados por uma ou mais disciplinas ao longo do ano letivo.

Nesse contexto, percebe-se nesses últimos anos um aumento dos problemas no Ensino Médio, que em 2014 eram 23 turmas e apenas 07 de Ensino Fundamental. Como a maior parte dos alunos vem das outras redes de ensino, é muito constante um desnível em relação à aprendizagem, com alunos no nível recomendado e outros com baixíssimos níveis de desempenho. Aliado a isto, convive-se com outros problemas: o uso indiscriminado do aparelho celular durante as aulas, situações que envolvem indisciplina diante de professores, direção e demais funcionários, uso de bebidas alcoólicas e drogas no ambiente escolar e fora deste. São problemas comuns, facilmente identificáveis em diversas escolas do estado, já que, geralmente, quanto mais “velho” fica o aluno, menos assistência existe por parte da família.

Em escolas de Educação Infantil, Anos Iniciais e até Anos Finais do Ensino Fundamental, é mais constante a presença dos familiares na escola, que levam e buscam, vão às reuniões, recebem e mandam bilhetes para a direção e professores, mantêm-se atentos em sua grande maioria. Mas com um público de adolescentes e jovens, esta realidade é bem diferente. A maioria dos pais falta com estes compromissos, deixando seus filhos às vezes desamparados e sem referenciais.

No contexto da clientela da Escola Estadual Coronel Coimbra, é necessário que se promova uma maior interação entre as famílias e a escola, porque esta ainda não é suficiente. A escola dispõe de um Colegiado Escolar atuante e atento às realidades e práticas do dia a dia, mas vê-se um grupo pequeno de familiares presentes neste cotidiano. Fato que comprova isto foi a pequena participação das famílias nos momentos de elaboração do Projeto Político Pedagógico entre 2012 e 2013. Também são poucos os pais que sempre se fazem presentes nas discussões do Dia “D” da Educação, momento comum na educação mineira já há alguns anos.

Como consequência, numa relação direta com esta realidade, a escola convive com altos índices de evasão escolar e repetência, principalmente no 1º ano do Ensino Médio, com um grande número de Progressões Parciais em todas as turmas, tanto do Ensino Médio quanto do Ensino Fundamental, além, é claro, de resultados pouco expressivos das avaliações externas realizadas anualmente.

Este é um grande desafio para toda comunidade escolar – equipe gestora, professores, pais, alunos e demais profissionais da educação: trazer para o ambiente escolar aqueles que ainda não têm consciência do quão importante é seu papel na instituição escolar. Mostrar-lhes que, quando juntos, é possível a realização da educação de qualidade, com os alunos colhendo os melhores frutos da educação, concretizados na sua realização pessoal e profissional.

1 - A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

A busca pela educação de qualidade não é um trabalho unilateral e cabe à equipe gestora, em consonância com a comunidade escolar, reunir esforços em torno da função específica da escola: a aprendizagem. Porém, não se deve perder de vista que esta função sofreu e sofre diversas influências de determinantes históricos, políticos, sociais que a colocam no centro de um processo longo, repleto de mudanças. Por isso, como ferramenta do cotidiano escolar, é preciso refletir sobre a interação escola-família como um processo no qual, em muitos momentos da história do país, não se encontram precedentes e, para o qual momentos de (re)avaliação são e serão sempre necessários.

A história da educação no Brasil nos mostra claramente como a educação esteve distante da grande maioria da população, servindo durante décadas às classes mais abastadas, mesmo após a Proclamação da República em 1889 e o sucessivo processo de democratização das instituições do país. Ao longo do século XX, as políticas educacionais dos governos diferentes e o aumento da vida urbana fizeram da escola o centro irradiador do saber. Neste contexto, eram os profissionais quem estipulava o que era importante ensinar e como, como nos mostra BARRETO, p.02:

Os quadros do magistério, geralmente viam com restrições esse contato próximo com a população que frequentava a escola. Os professores das escolas públicas, sobretudo daquelas situadas nos grandes centros urbanos, para afirmar a sua autoridade pedagógica, procuravam manter uma distância deliberada da família dos alunos. Entendiam que a escola pública era de todos e, portanto, dentro dela não existiam clientelismos, ou favoritismos. Entendiam que o currículo era competência sua, e que ninguém tinha que dar palpite no que ensinavam, pois que haviam sido preparados para isto (...)

(...) a escola pública que se estendeu amplamente pelas áreas urbanas acabou por impor uma distância forçada em relação à população que a utilizava.

Tal distância foi reforçada ao longo do século XX através de concepções pedagógicas e curriculares diferentes, além da criação de finalidades distintas para a educação, principalmente no tocante ao Ensino Médio, então Educação Secundária, como podemos ver em BRASIL, 2013, p.15:

No que se refere aos ramos profissionais do ensino médio, voltavam-se à formação de força de trabalho específica para os diferentes setores da

economia e da burocracia. Além do ensino industrial para o setor secundário, havia o ensino agrícola para o setor primário; o ensino comercial para o setor terciário; e o ensino normal para a formação de professores para o ensino primário.

Como o papel da educação na vida do ser humano é fator de mudança, a própria educação em si transforma-se e se reinventa com o tempo. Os avanços da nossa “Constituição Cidadã” de 1988 foram decisivos nas mudanças de mentalidade e postura da sociedade brasileira. Estas são paulatinas, mas embasadas em dois artigos cruciais da Constituição no que tange à educação: o artigo 205 que estabelece o cerne da educação: *“direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* e o inciso VI do artigo 206 que estabelece *“a gestão democrática do ensino público”*.

Estes artigos, aliados ao artigo 208, que torna o Ensino Fundamental um direito público subjetivo – estendido a todos e a qualquer momento – reforçam a educação como direito social (artigo 6).

Então, temos uma jurisprudência que ampara e dá meios para a participação na educação do país. Ou seja, o direito à educação e o direito de participar da gestão desta educação foram a porta aberta, para que os anseios e reivindicações sobre a qualidade da educação provocassem mudanças na realidade educacional do país nestas últimas décadas.

Mas ainda podemos perceber outro determinante histórico sobre a educação no país: falta conscientização ainda à grande parte da população, consciência do direito à educação e do direito de participar desta. Parte dessa falta se deve ao distanciamento criado entre o que se acreditava ser função da família e aquilo que seria função da escola no processo ensino-aprendizagem e parte ao não acesso à própria educação escolar, o que, durante décadas, manteve elevados os índices de analfabetismo no país. A superação dessa realidade ainda é um desafio, embora no fim do milênio o país tenha conseguido o expressivo índice de 97% da população de 07 a 14 anos escolarizada (CASTRO, 2009, p. 27).

Ainda há muitas desigualdades dentro da escola, que são expressão das sociedades nas quais a escola – instituição – está inserida. No contexto da Escola Estadual Coronel Coimbra, um dos fatos que ilustra isto é a diferença entre o

número de meninos e meninas que concluem o Ensino Médio. Já a alguns anos, as turmas regulares do 3º ano do Ensino Médio apresentam números até 03 (três) vezes maiores de meninas em relação aos meninos, principalmente no matutino. Em contrapartida, vemos várias turmas da EJA formadas quase em sua totalidade por homens, na faixa de 18 a 25 anos.

Estes e outros problemas são herança da realidade social do país, sendo a falta da inserção familiar na escola um agravante para a situação. A presença, permanência e participação familiar nas escolas permitem um melhor trabalho na busca da educação de qualidade, visando o exposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “o pleno desenvolvimento da pessoa”. Em função disto, o processo de “se fazer participar” deve partir da escola, pois boa parte das famílias atribui apenas à escola o desenvolvimento da educação formal, além do fato da Lei 9.394/96 determinar, no inciso VI do artigo 12, que cabe às escolas *“articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de interação da sociedade com a escola”* (BRASIL, 1996, p.15).

Isso posto, cabe ao gestor escolar e sua equipe tomar como base de trabalho a ideia de que é a sua sociedade que oferece à escola o seu público, daí a necessidade de conhecê-lo. Esse passo é muito importante, porque há uma diversidade cultural muito grande na realidade escolar do nosso país. Vemos, por exemplo, que a concepção de família atualmente não é a mesma que prevalecia nos anos 1960, 1970, 1980, já existem pelos menos 03 (três) gerações que, no Brasil, convivem com o divórcio, a família nuclear não é absoluta na comunidade escolar, há mães solteiras, pais solteiros, crianças com avós, crianças e adolescentes com irmãos mais velhos (fato muito comum na Escola Estadual Coronel Coimbra, por atender uma grande demanda de jovens no Ensino Médio, oriundos da zona rural). Vale citar também que grande parte dos pais e responsáveis trabalha, o que dificulta o comparecimento às reuniões, que são marcadas geralmente nos horários de trabalho dos professores. Portanto, sendo a família a ponte que liga a pessoa ao mundo, à cultura, o reconhecimento desta dinâmica facilita os possíveis diagnósticos sobre como são as famílias dos nossos alunos e como elas podem ajudar no processo ensino-aprendizagem de seus filhos.

Identificar o que a família pode oferecer à escola não é uma tarefa fácil, pois isso parte do levantamento das experiências familiares, sua influência no

comportamento dos seus membros, tanto dentro, quanto fora da família, como nos deixa claro DESSEM, 2007, p. 22:

(...) é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa.

Na perspectiva do desenvolvimento da cidadania das pessoas, as crianças, os adolescentes e jovens estão sob os cuidados da família e da escola, portanto é latente a necessidade de entrelaçarem-se em torno destes sujeitos, da construção da sua qualidade de cidadão. Nas palavras de WITTMANN, p. 90: *“a escola deve ser autônoma-cidadã e co-responsavelmente assumida, isto é, democraticamente gerida.”*

A interação escola-família deve ser administrada para manter as práticas que geram sucesso e êxito na aprendizagem dos alunos e, diante do insucesso, promover, como nos mostra Castro, *“a análise de causas dos problemas que interferiram na aprendizagem, avaliando o peso das condições escolares, familiares e individuais do aluno”* (CASTRO, 2009, p, 31).

Tais condições são mais bem entendidas quando se consegue uma colaboração mútua, estabelecida a partir da participação de todos na realidade escolar. Disto, deve-se buscar a construção, no ambiente familiar, de uma cultura de participação na vida escolar do filho/aluno, cabendo à escola o fomento a este processo, através de atividades escolares e extraescolares, projetos que envolvam a comunidade escolar e o esforço de gestores e professores em torno deste despertar.

Essa estratégia deve ser aliada à tentativa de se conhecer mais as situações familiares dos alunos, sobretudo se há esse apoio escolar aos seus filhos, de que modo este se dá e se há possibilidades de se enlarguê-lo. Ao identificá-las, a escola deve rever suas práticas pedagógicas e avaliativas. Assim, ela preserva seu caráter transformador frente à sociedade, pois aquilo que é assimilado em relação às crianças, adolescentes e jovens é utilizado em nome do seu benefício próprio. Este fato é confirmado pelas palavras de CASTRO, 2009, p.56:

(...) todo o conhecimento sobre os alunos deve ser incorporado ao trabalho cotidiano da equipe escolar. Ele deve servir para rever a comunicação com

os familiares, os contatos com a comunidade, os mecanismos de participação na gestão da escola, as atividades e linguagem utilizada junto aos alunos, a avaliação dos alunos e a retroalimentação da interação permanente das relações que incidem sobre as condições de vida e aprendizagem das crianças.

Nessa perspectiva, a Escola Estadual Coronel Coimbra realizou um trabalho no segundo semestre de 2014, que originou-se nos estudos realizados no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio¹. Nas discussões feitas pelos cursistas, pensou-se em, juntamente com direção, supervisão e professores não cursistas, realizar um levantamento de informações sobre a situação social, cultural e econômica dos alunos do Ensino Médio. Os trabalhos partiram da elaboração conjunta do questionário a ser aplicado em cada turma. Logo em seguida, os professores foram divididos para que duplas ou trios os desenvolvessem e sistematizassem os dados coletados, discutindo-os com seus alunos e com o grupo de trabalho.

As discussões foram enriquecidas com os dados coletados e com a elaboração de uma carta destinada à turma. Estas cartas foram socializadas através da sua exposição em painéis no pátio da escola.

Como desenvolvimento deste projeto, a Escola realizará nos meses de fevereiro e março de 2015 um ciclo de palestras sobre o tema Relações familiares. Para esta etapa, as atividades serão realizadas dentro do Programa de Educação Afetivo Sexual (PEAS), desenvolvido por uma empresa multinacional que atua no município, em parceria com a rede municipal de ensino e Secretaria Municipal de Saúde. As palestras acontecerão nos três turnos da escola, destinadas aos alunos e, em um segundo momento, serão realizadas com os familiares dos nossos alunos.

¹ Segundo dados do Ministério da Educação (MEC) o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140 de 22/11/13, representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas públicas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito. (Texto encontrado em <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/>)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Estadual Coronel Coimbra vem ao longo dos anos ofertando à crianças, adolescentes, jovens e adultos uma educação com méritos reconhecidos pela comunidade. Ao término deste trabalho, percebe-se que para manter o reconhecimento dos trabalhos da escola é necessária a reflexão sobre suas práticas e, principalmente, entender o porquê de se promover a interação escola-família.

As famílias são aliadas importantíssimas das escolas. Cada uma dessas, a seu modo, promove elementos decisivos da socialização dos indivíduos. As pessoas estão nesses “espaços” de convivência ao mesmo tempo, durante boa parte de suas vidas. Daí a necessidade da escola procurar as famílias de seus alunos, a fim de conhecê-las e envolvê-las.

Essa vivência compartilhada deve ser valorizada, aproveitando-se do que as famílias podem oferecer a seus filhos e à escola. Para isso, deve-se aproveitar os mecanismos democráticos de participação e gestão da educação tendo em vista a qualidade do ensino e das decisões coletivas.

Tal processo de participação permite às escolas o reconhecimento de quais tipos de família são atendidos pela instituição. Ou seja, identificar as famílias do seu entorno é saber o que elas podem acrescentar ao processo de ensino-aprendizagem. Não se pode pensar no oposto, não cabe à escola oferecer algum tipo de “remédio” a esta ou aquela família. Esta não é sua função social. Pode-se, dentro da legislação, comunicar aos órgãos competentes alguma necessidade, situação de urgência/emergência ou perigo. Mas o foco da escola continua o mesmo: a aprendizagem.

É com esse foco que a Escola Estadual Coronel Coimbra vem realizando o seu trabalho. A escola tem procurado entender mais seu público que, nos últimos anos se tornou bem diversificado, pois atende alunos vindos da rede municipal e estadual, da zona rural e urbana. Sendo a única escola do município que atende o Ensino Médio, tem-se buscado cada vez mais o auxílio das famílias no seu cotidiano, bem como parceiros para o desenvolvimento de projetos transdisciplinares e temas transversais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 09/01/15.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I: ensino médio e formação humana integral/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica** [autores: Carmen Sylvia Vidigal Moraes... et al.]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília, 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10/01/15.

CASTRO, Jane Margareth, REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.** Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

DESSEN, Maria Auxiliadora, POLONIA Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** 2007. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003> Acesso em 10/01/15.

WITTMANN, Lauro Carlos. **A autonomia da escola e democratização de sua gestão.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 12/01/15.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA NOVA PERSPECTIVA DE
GESTÃO**

**FÁBIO COIMBRA
IOLANDA DE LOURDES OLIVEIRA**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA NOVA PERSPECTIVA DE
GESTÃO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Mariangela Rodrigues Lima Machado do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Identificação/Histórico	5
Um pouco de sua história.....	5
Caracterização da escola.....	8
1. FINALIDADES DA ESCOLA	11
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	13
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	14
2.1.1 - Modalidades e Organização de Ensino.....	15
2.1.2 Estrutura Física	15
2.1.3 Recursos Financeiros.....	16
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	16
3. CURRÍCULO.....	17
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO	21
5.1 Direção: constituição e competências.....	22
5.2 Secretaria: constituição e competências.....	25
5.3 Serviços Gerais: constituição e competências.....	27
5.4 Órgão Colegiado: constituição e competências.....	27
5.5 Conselho de Classe: constituição e competências.....	28
5.6 Associação de Pais e Professores: constituição e competências.....	29
5.7 Grêmio Estudantil: constituição e competências.....	30
5.8 Caixa Escolar: constituição e competências.....	30
5.9 Supervisão - Especialista em Educação Básica: constituição e competências.....	31
5.10 Biblioteca: constituição e competências.....	33
5.11 Laboratório: constituição e competências.....	35
5.12 Sala de Informática: constituição e competências.....	35
5.13 Finanças: constituição e competências.....	35
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	36
7. AVALIAÇÃO	38
7.1 Avaliação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.....	41
7.2 Avaliação na Educação Jovens e Adultos, Ensino Médio.....	42

7.3 Avaliação no Curso Técnico/PRONATEC.....	42
7.4 Avaliação no Curso Normal em Nível Médio.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um processo democrático que permeia todas as decisões, tornando-se uma forma de organização do trabalho da Escola capaz de superar os conflitos existentes, buscando sempre eliminar as relações de poderes competitivas e antidemocráticas que possam existir dentro da organização escolar. Ele não é um documento pronto e acabado, é um processo em permanente atualização e reconstrução, sendo objeto constante de revisão e reflexão.

De acordo com Celso Vasconcelos, (2004, p.169) o Projeto Político Pedagógico é um plano global da instituição, pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo. Vasco Moretto (1997, p. 7) relata que o projeto pode ser resumido em uma frase síntese: “É um conjunto de princípios orientadores do planejamento pedagógico, isso é, o projeto tem de orientar o dia-a-dia do professor”. O autor ainda menciona que:

A analogia que eu uso sempre é de um projeto de uma casa. Quando você monta o projeto de uma casa, você sonha antes (...) essencialmente, a casa fica do jeito que você imaginou, com algumas correções. Mantendo os limites da analogia, é a mesma coisa. Um projeto pedagógico é o conjunto de princípios orientadores que vai dizer, cotidianamente, como o professor tem de se comportar, como ele vai trabalhar, como a escola vai dar sua identidade. (MORETTO,1997 p.7).

Corroboramos com o autor, na medida em que ele compara a construção de uma casa com a do Projeto Político Pedagógico, pois os dois exigem planejamento, dedicação e conhecimento do terreno onde deve haver a construção.

A LDB (Lei nº 9.394/96) delega à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico de acordo com as normas de gestão democrática do ensino público. São os seguintes princípios estabelecidos pelo Art.14:

Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

Portanto foi essencial a participação não só dos profissionais da escola, mas sim de todos os envolvidos no processo de construção do PPP da Escola Estadual Coronel Coimbra. Nessa perspectiva houve o fortalecimento da função social e

dialética entre todos os segmentos da escola e a comunidade escolar. Buscamos a participação dos pais e alunos através de questionários e entrevistas, e dos funcionários da escola em diversas reuniões, como consta em pauta e lista de presenças.

O Projeto Político Pedagógico é construído para sistematizar todas as ações desenvolvidas em todos os setores. As ações quando bem planejadas e executadas, pautadas em discussões democráticas conseguem alcançar êxito.

O plano de ação foi elaborado por todos os segmentos da escola, visando uma maior integração entre os diversos setores, para que possamos alcançar maior êxito no processo ensino-aprendizagem.

Identificação/Histórico

A Escola Estadual Coronel Coimbra, mantida pelo Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e pertencente à Superintendência Regional de Ensino Diamantina é sediada na cidade de Carbonita, MG. Esta escola funciona em prédio próprio, situado à Rua Salvador Andreolino Ribeiro, nº 179, Bairro Centro.

E-mail: escola.23353@educacao.mg.gov.br
e eecoronelcoimbra@yahoo.com.br

Telefone: (38) 3526-1163

Um pouco de sua história

1930 – (Livro de Ata nº 35) em junho de 1930, foi instalada como Escola Noturna Mista do Distrito de Barreiras. Entretanto, já funcionava desde junho de 1927.

1946 – (Livro de Ata nº 37) a Escola Mista passou a ser denominada Escolas Reunidas de Carbonita.

1953 – (Livro de Ata nº 38) a sua denominação foi alterada para Escolas Reunidas “Coronel Coimbra”.

1965 – O Decreto nº 9.190 publicado no MG de 17/12/1965, através de Ato do Exmo. Sr. Governador do Estado, José de Magalhães Pinto nomeia “Grupo Escolar Coronel Coimbra”.

1974 – Resolução SEE/MG nº 810/1974 de 06 de julho de 1974, o seu nome passa a ser Escola Estadual Coronel Coimbra.

1980 – Resolução SEE/MG nº 3.522/80 de 23/04/80 ampliou-se à Extensão de Série - criação do Ensino de 2º Grau.

1987 – Decreto nº 26.629 de 12/03/87 autorização de funcionamento pela Portaria nº 1239/87 de 14/03/87 do Curso de Magistério 1º Grau (1ª a 4ª série) nos anos de 1986, 1987 e 1988 era vinculado à Escola Estadual São João Batista, no município de Itamarandiba, MG. No período de 1989 a 1998 o Magistério 1º Grau (1ª a 4ª série) passou-se a pertencer à Escola Estadual Coronel Coimbra.

1999 – Resolução SEE/MG nº 13, de 29/01/1999, criou-se o Ensino Médio Regular, extinguindo-se o Magistério. Neste período esta Unidade de Ensino encarregou-se de oferecer a Educação Básica compreendendo o Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA, procurando seguir os dispositivos da Lei 9.394 de 20/12/96 e Resolução SEE/MG nº 8.086 de 1997 e às demais legislações vigentes.

2000 – Lei Federal 5.692/71 de 11/08/71, Lei Federal 7.044/82, 18/10/82, Lei Federal 9.394/96 de 20/12/96 de fevereiro a dezembro, ofereceu o Curso Pós-Médio com habilitação em Magistério, para alunos concluintes do Ensino Médio Regular,

2009 – Criou-se o segundo endereço, no povoado de Monte Belo, atendendo a clientela do Ensino Médio.

2010/2011 – Parecer CEE/MG nº 123, de 16/02/2009, Portaria SEE nº 1047, publicada em 10/08/2010, ministrou o Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio integrada com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PEP/EJA) oferecido em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula de Souza” e “Fundação Roberto Marinho”, do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios com habilitação em Gestão de Pequenas Empresas.

2012/2013 – Tendo como base a seguinte legislação: Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que regulamenta o Art. 36 e os Art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, da Resolução nº 3, de 30 de setembro de 2009 que dispõe sobre a instituição o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e legislação complementar expedida pelos órgãos competentes, oferece o Curso em Informática do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.

2013 – Término das séries dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e priorização dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio Regular,

Educação de Jovens e Adultos – EJA, Curso Técnico Profissionalizante e Curso Normal em Nível Médio.

2013/2014 – Considerando as determinações da Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, do Parecer CNE/CEB nº 01/99, da Resolução CNE/CEB nº02/99, do Parecer CEE nº 1.175/2000 e da Resolução CEE nº440/2000, oferece o Curso Normal em Nível Médio – Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos egressos do Ensino Médio.

De acordo com relatos orais cada década foi marcada por metodologias utilizadas pelos professores com foco no ensino de qualidade. Assim nos anos 1960 e 1970, as aulas eram ministradas através de quadro negro, giz, cartilhas, contador, tampinhas de garrafas, palitos para aprender a contar, formar conjuntos, resolver as quatro operações, tabuada e excursões.

A partir da década de 1980 foram usados todos os recursos dos anos anteriores, acrescentando o uso de flanelógrafos com pequenas gravuras para serem fixadas, fichas de cartolina, cartazes, tabuadas (impressas nas caixinhas de linha), mimeógrafo, excursões ao rio Curralinho e barragem; clubes de leitura para apresentações de poesias e histórias e comemorações das datas cívicas. Este ensino era mais voltado para a memorização dos conteúdos e o trabalho com a leitura e a escrita de forma mecanizada, sem levar em conta o conhecimento e as especificidades individuais, uma vez que só dispunha do livro didático como recurso, sendo então a novidade da época, com um número de exemplares não suficientes para atender toda a demanda.

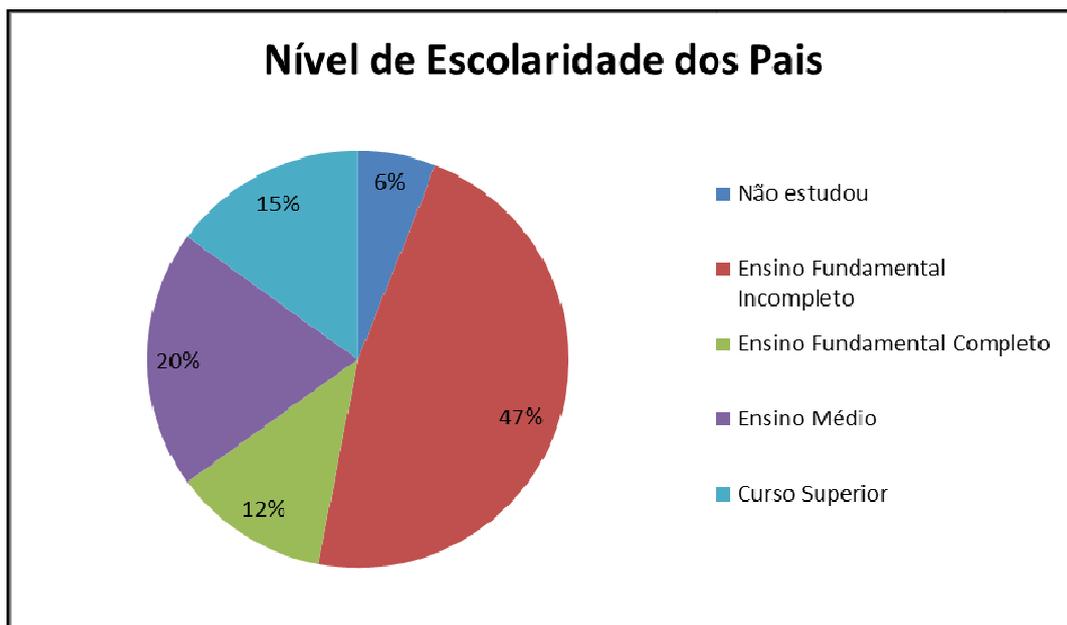
Na década de 1990 acompanhando as inovações tecnológicas, a Escola foi equipada com o núcleo de informática, dispondo de 20 computadores, iniciando assim a era digital que veio substituir as máquinas manuais. A Escola assume os princípios e fins da Educação Nacional que a partir desta nova metodologia busca promover o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, tornando os nossos alunos capazes de argumentar e se posicionar em situações diversas.

Na década atual a Escola é equipada com os mais variados recursos audiovisuais e tecnológicos, tornando seus espaços mais propícios para a informação e comunicação, visando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho de acordo

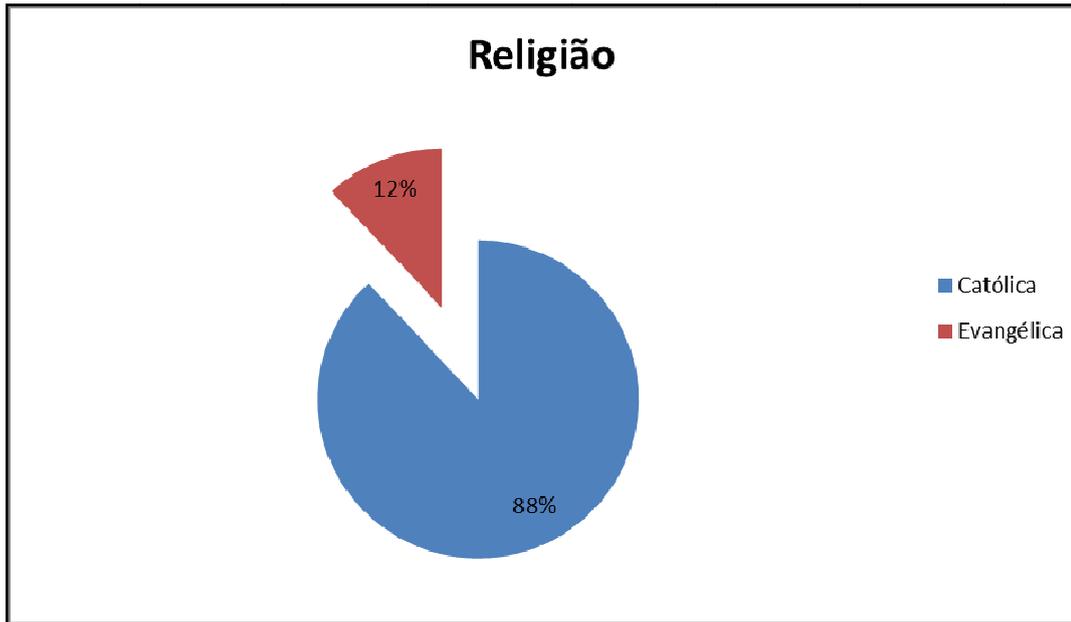
com os CBC's e a Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, Capítulo I – Das Etapas da Educação Básica, no seu Artigo 24 “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o Educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

Os processos e práticas de gestão buscam o envolvimento e compromisso dos 55 (cinquenta e cinco) professores, 03 (três) especialistas da Educação Básica e mais 35 (trinta e cinco) profissionais, que atendem 853 (oitocentos e cinquenta e três) estudantes e membros de suas famílias na execução do Projeto Político Pedagógico da Escola, integrando todos da Comunidade Escolar, procurando garantir seus Direitos e Deveres e a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

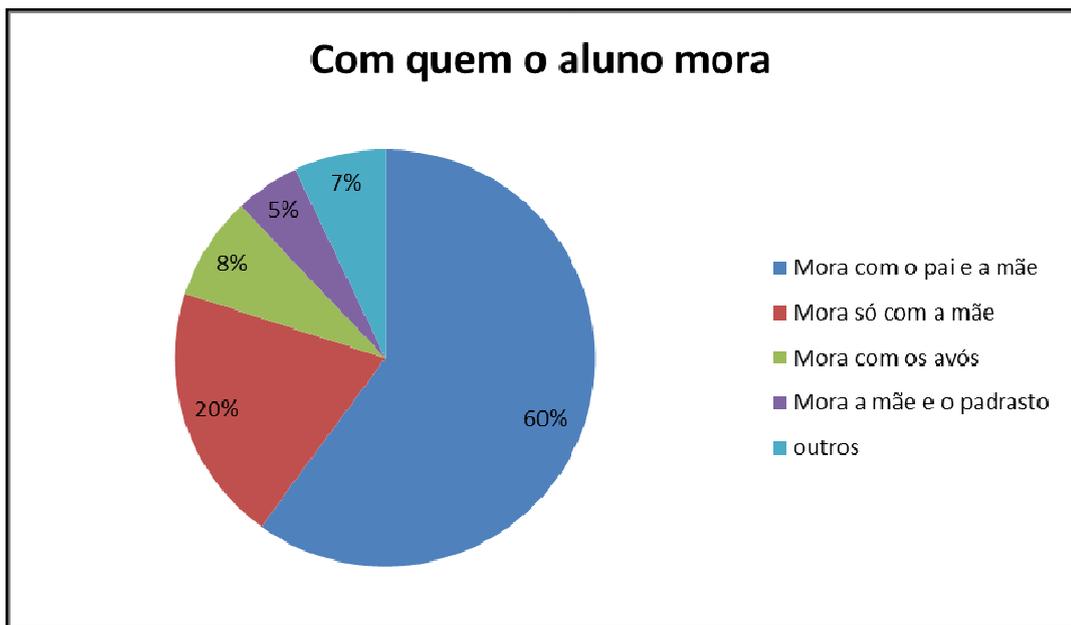
Caracterização da Escola



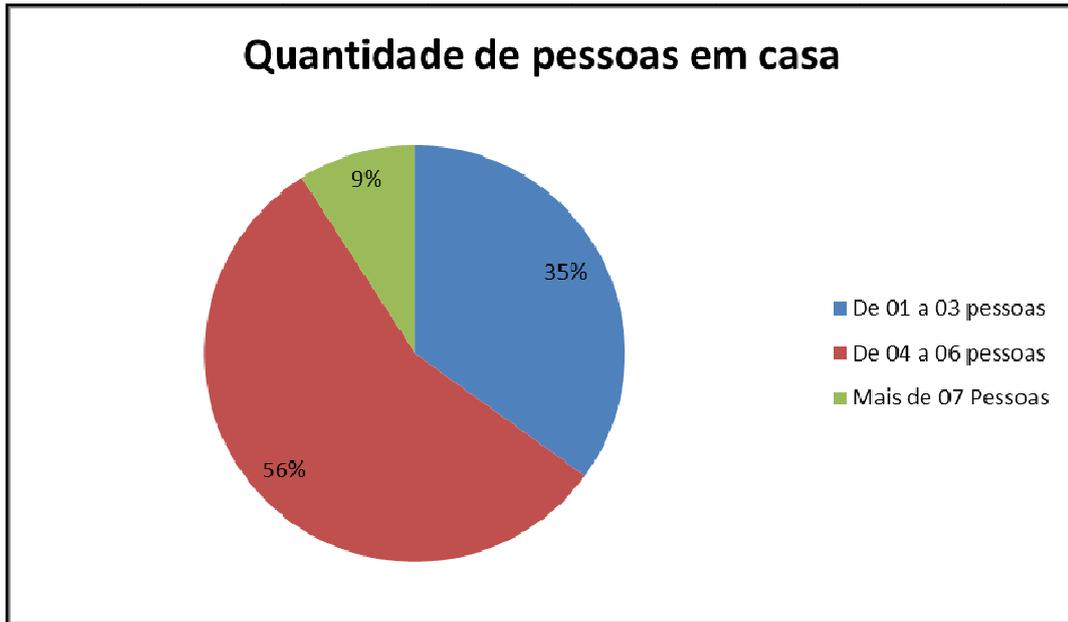
Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Coimbra, ano de 2013.



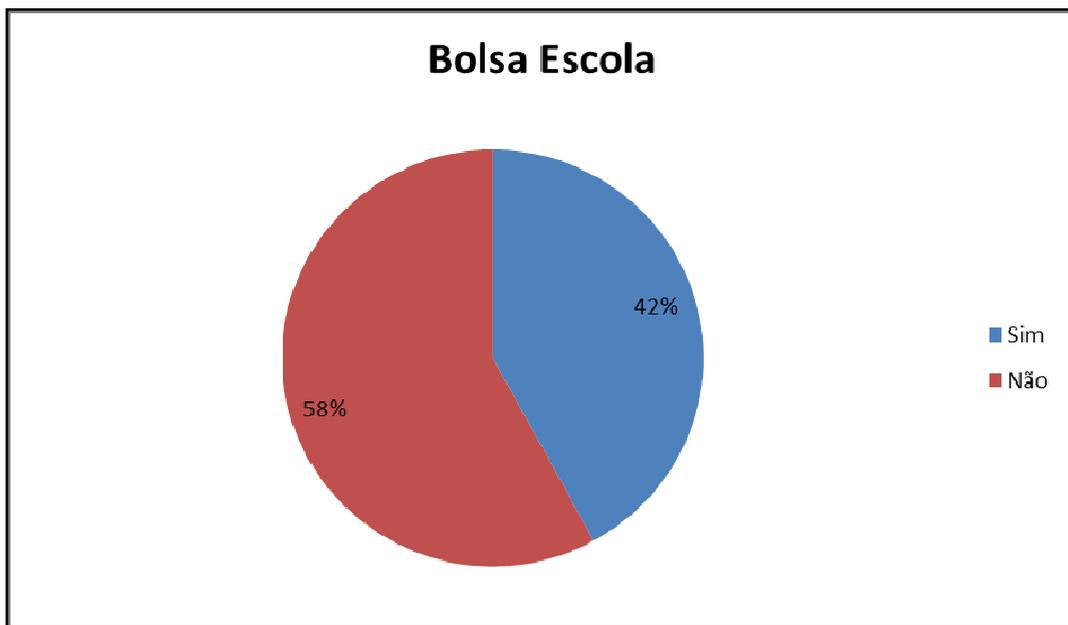
Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Coimbra, ano de 2013.



Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Coimbra, ano de 2013.



Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Coimbra, ano de 2013.



Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Coimbra, ano de 2013.

A Escola Estadual Coronel Coimbra atende a um público diversificado: alunos oriundos de famílias que tiveram acesso aos primeiros anos de escolaridade, sendo que alguns cursaram o Ensino Fundamental nesta mesma instituição, outros advindos da rede municipal de ensino e de outras escolas estaduais; a maioria mora com seus pais, sendo uma média de 04 (quatro) a 06 (seis) pessoas por família; muitas famílias são assistidas pelo Programa Bolsa Escola e a religião dominante é a católica.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Estadual Coronel Coimbra, ao longo de quase 7 (sete) décadas de ensino perpassou por diversas orientações administrativas, pedagógicas e ideológicas diferentes, mantendo sempre uma busca pelo reconhecimento da qualidade do ensino na comunidade.

Desta maneira, percebem-se mudanças significativas de sua postura, conforme as orientações da SEE/MG ao longo do tempo. A escola acata orientações para elaboração do plano curricular tendo como eixos os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – e o Currículo Básico Comum de cada disciplina – CBC's, enfatizando a possibilidade de extrapolar tais propostas, numa perspectiva de crescimento e desenvolvimento da postura crítica do educando.

Então, a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Coimbra é um processo democrático, tendo como princípios: compromisso, igualdade, compreensão, respeito e diálogo, visando assim, o desenvolvimento das competências e aprendizagens do educando, facilitando sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho.

Baseada nesses princípios, a Escola, desenvolve uma filosofia democrática inspirada nos pensamentos de autores como Libâneo, Demeval & Saviani, por acreditar que essas linhas de pensamentos conduzem o educando a construção do saber a partir dos conteúdos culturais universais e de sua práxis, desenvolvendo, desta forma suas potencialidades nos campos afetivo, cognitivo e social preparando-os para essa sociedade competitiva. Pois, conforme Demo (1996) a maior virtude da educação é o seu potencial na instrumentalização das pessoas para a participação política. Assim, a educação é condição para o desenvolvimento e substanciação da cidadania.

A escola busca ser uma Instituição que promova um ensino atualizado, com foco na qualidade educacional e no uso da tecnologia, para o desenvolvimento do potencial de seus alunos. Para isso procura oferecer um ensino de qualidade aos alunos e propiciar uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, tornando-os capazes de argumentar e se posicionar em situações diversas, possibilitando-os a agir com discernimento, participando de forma democrática na construção de um ambiente sustentável.

O ambiente escolar é também o espaço privilegiado para a aprendizagem do exercício político. Nela, há condições dos alunos formarem-se numa prática democrática e política, na medida em que se trabalha valores referentes à cidadania e também reflexões sobre a vida e os problemas do país, tendo como ponto de partida os eixos trabalhados através dos CBC's (Conteúdo Básico Comum). Busca-se, deste modo a adoção de uma nova postura do educando diante da vida e dos problemas que enfrentam.

Como o projeto de ensino-aprendizagem constitui-se, em longo prazo, em um projeto de formação humana, a escola propõe que esta formação seja orientada por um processo de emancipação, o qual ocorre pela produção autônoma do conhecimento como forma de promover a democratização dos saberes e de como elaborar a crítica da realidade existente. Dessa forma, a valorização das exigências pessoais do educador será valorizada, com as devidas adequações à sua necessidade e do mundo que o cerca, onde a aquisição e socialização dos conhecimentos atuais contribuirão para que o educando tenha futuramente uma boa postura profissional e pessoal, contribuindo de forma responsável para a formação de uma sociedade mais digna, justa e solidária.

A organização da Educação Básica proposta pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através da Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) normatiza todo o funcionamento do Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante. Portanto, a partir desta normatização, a Escola Estadual Coronel Coimbra tem como objetivos:

Geral:

Desenvolver o Educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores;

Específicos:

Ensino Fundamental:

Garantir ao educando o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

Ensino Médio:

Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

Compreender os fundamentos científico-tecnológicos, dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;

Preparar o educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar as novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;

Possibilitar o educando preparar-se como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Da Educação de Jovens e Adultos: Garantir o acesso ou continuidade de estudos no ensino médio àqueles que não tiveram oportunidade na idade própria.

Da Educação Profissional e Tecnológica: Integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, das ciências, e da tecnologia, e articular-se com o ensino regular.

A escola, tendo como base esses fins, desenvolve ações pedagógicas planejadas que envolvem o aluno e diretamente relacionadas a questão do seu desempenho escolar. Por essa razão a equipe trabalha buscando adequar o ambiente às necessidades educacionais de modo a estimular a busca pelo sucesso, como nos lembra Dourado (2010, p. 27): “A expectativa de sucesso seja dos alunos, dos pais, dos professores e da comunidade, em geral, pode, portanto, ser considerada fator importante para o desempenho escolar.”

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Estadual Coronel Coimbra adota os princípios norteadores de suas ações pedagógicas conforme a Resolução SEE/MG nº 2.197 de 26 de outubro de 2012, que rege toda a estrutura e funcionamento da Educação Básica.

Desta maneira, as esferas administrativas e pedagógicas se estruturam de modo a garantir ao educando a centralidade no processo ensino-aprendizagem.

As ações desenvolvidas no processo pedagógico acontecem com cronogramas previamente estabelecidos de forma a envolver toda a equipe escolar em planejamentos, avaliações coletivas, estudos, projetos e capacitações. Desta maneira, busca-se abranger todos os setores da escola na (re)construção do Projeto Político Pedagógico, uma que vez que no espaço escolar as ações acontecem rotineiramente, com enfoque ora administrativo, ora pedagógico, dada a divisão da

escola em três turnos e sua grande quantidade de funcionários. Neste sentido, objetiva-se a maior integração entre as esferas organizacionais da nossa escola.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Equipe de Trabalho da escola se divide em segmentos dos Docentes e Não Docentes, os quais atuam nos setores, a saber: direção, professores, supervisão, secretaria, biblioteca, cantina e finanças.

O segmento dos Docentes conta com 55 professores em exercício, assim caracterizados:

Licenciatura	Graduação	Pós Graduação <i>Lacto Sensu</i>
Licenciatura Plena em Letras	02	08
Licenciatura Plena em Matemática	02	05
Licenciatura Plena em Geografia	02	03
Licenciatura Plena em História	01	03
Licenciatura Plena em Artes	02	
Licenciatura Plena em Educação Física	02	
Licenciatura Plena em Ciências/Biologia	02	03
Licenciatura Plena em Química	01	01
Licenciatura Plena em Física	01	01
Licenciatura Plena em Filosofia	01	
Licenciatura Plena em Sociologia	02	
Licenciatura Plena em Ensino Religioso	01	
Licenciatura Plena em Pedagogia	01	03
Curso Normal Superior	05	03
Curso Técnico em Informática	05	

*Fonte: Secretaria da Escola Estadual Coronel Coimbra, em julho de 2014.

Segmento dos Não Docentes:

Auxiliares de Serviço da Educação Básica	13
Assistente Técnico da Educação Básica	03
Assistente Técnico da Educação Básica - Financeiro	01
Professores em Ajustamento Funcional	04
Especialistas da Educação	03
Professor de Uso da Biblioteca	03
Professores Fora da Regência (25 anos de sala de aula)	04
Diretor	01

Vice-diretor	02
Secretário Escolar	01

*Fonte: Secretaria da Escola Estadual Coronel Coimbra, em julho de 2014.

2.1.1 - Modalidades e Organização de Ensino

Ensino Fundamental

Ano	Quantidade de turmas	Turno	Nº de Alunos
6º Ano	01	Vespertino	37
7º Ano	02	Vespertino	70
8º Ano	02	Vespertino	50
9º Ano	02	Vespertino	60

*Fonte: Secretaria da Escola Estadual Coronel Coimbra, em julho de 2014.

Ensino Médio

Ano	Quantidade de Turmas	Turno	Nº de Alunos
1º Ano/REM	06	Matutino e Noturno	210
2º Ano	05	Matutino e Noturno	186
3º Ano	04	Matutino e Noturno	120
EJA – 1º período	02	Noturno	60
EJA – 2º período	02	Noturno	65

*Fonte: Secretaria da Escola Estadual Coronel Coimbra, em julho de 2014.

Curso Técnico em Informática/PRONATEC:

Ano	Quantidade de turmas	Turno	Nº de Alunos
1º e 2º Módulo	02	Noturno	60

*Fonte: Secretaria da Escola Estadual Coronel Coimbra, em julho de 2014.

Curso Normal em Nível Médio – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais.

Ano	Quantidade de turmas	Turno	Nº de Alunos
1º e 3º Módulo	02	Noturno	53

*Fonte: Secretaria da Escola Estadual Coronel Coimbra, em julho de 2014.

2.1.2 Estrutura Física

Repartições	Quantidade
Sala de direção	01
Sala de ATB Financeiro	01

Sala de Supervisão	01
Sala de Professores	01
Sala de Recursos Audiovisuais	01
Biblioteca Escolar	01
Laboratório de Informática	01
Laboratório de Ciências	01
Secretaria	01
Cozinha	01
Refeitório	01
Banheiros	07
Salas de aula	12
Depósito de livros	01
Depósito de materiais de limpeza e higiene	01
Quadra Poliesportiva	01

2.1.3 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros repassados à Caixa Escolar São José são administrados pela Direção/Presidência, Órgão Colegiado, Comissão de Licitação e Conselho Fiscal, com atribuições ao ATB Financeiro, sendo utilizados no custeio e manutenção da escola, na Merenda Escolar e reformas periódicas. A clientela atendida pela escola é muito grande e requer economicidade nos gastos, distribuídos de forma planejada para atender as necessidades diárias dos educandos.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Estadual Coronel Coimbra, privilegia a metodologia dialética em sala de aula, sendo que cada componente curricular tem as suas estratégias didáticas.

Segundo Celso dos S. Vasconcellos:

Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se em outra concepção de homem e de conhecimento. Entende o homem como um ser ativo e de relações. Assim, entende que o conhecimento não é “transferido” ou “depositado” pelo outro (conforme a concepção tradicional), nem é “inventado” pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim que o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, re-elaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo,

quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial. (VASCONCELLOS:1992, p.2)

Ressalta-se que a teoria dialética nos aponta que o conhecimento se dá basicamente em três grandes momentos: a **Síncrese**, a **Análise** e a **Síntese**, ou seja, mobilização para o conhecimento, construção do conhecimento e elaboração da síntese do conhecimento.

Os conteúdos curriculares são desenvolvidos a partir dos Eixos temáticos, mediante projetos de trabalho ou da resolução de situações problema, buscando sempre a consolidação das habilidades propostas nos CBC's.

A aprendizagem é construída a partir dos procedimentos operatórios com a observação, a experimentação, expressão, a comunicação, a comparação, a análise, a síntese, a memorização compreensiva. Entendendo ser a sala de aula o ambiente propício para elaboração, construção e assimilação do conhecimento.

As TIC's correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos em todos os espaços escolares. Elas são utilizadas como instrumentos para a construção do conhecimento, qualificação e preparação para áreas de empregabilidade. Atendendo as expectativas dos nossos educandos, inseridos no contexto atual, nossa escola entende que o uso das tecnologias é indispensável na sua preparação, formação e educação. Pois, como nos reforça Cury (2010, p.10) "A sala de aula, lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula".

3. CURRÍCULO

No ambiente da Escola Estadual Coronel Coimbra a concepção de Currículo é o conjunto de todas as experiências escolares, de conhecimento proporcionado aos estudantes, construído na instituição escolar, nos seus acordos e conflitos diários.

A escola administra a Educação Básica, trabalhando sob um currículo que propicie ao educando o desenvolvimento da sua qualidade de cidadão e lhe ofereça condições de continuidade acadêmica e/ou inserção no mercado de trabalho. Orientada pela Resolução SEE/MG 2.197 de 26 de outubro de 2012 a escola oferece ao aluno um currículo articulado de forma orgânica e sequencial que

assegura-lhe um percurso contínuo de aprendizagem, com qualidade. Também preocupa-se com aqueles que apresentam dificuldades e distorções na aprendizagem, buscando alternativas de correção e superação destas, de forma inclusiva.

Esta visão está em acordo com a resolução acima citada, que diz: “o Currículo configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando.” (Art. 57).

A construção do currículo necessita de bases elaboradas no cotidiano da escola a partir de discussões sobre o tipo de conhecimento mais adequado na formação do nosso aluno. É necessário que no planejamento escolar esteja sempre implícito o planejamento curricular, pois como define Moacir Gadotti, planejamento curricular:

é um dos níveis do planejamento escolar, que diz respeito a toda vida escolar, já que não se entende por currículo apenas o conteúdo da área de conhecimento da escola, mas a própria dinâmica da ação escolar integrando todos os elementos que interagem para a concepção de seus fins e objetivos. Fala-se então de proposta curricular que inclui as áreas de estudo, as diferentes metodologias, os conteúdos e os processos de avaliação. (GADOTTI:2000, p.2)

Os critérios de seleção do currículo e seus componentes são feitos de acordo com a legislação vigente, sendo que na implementação do currículo, deve-se evidenciar a contextualização e a interdisciplinaridade, uma vez que esta última “parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos.” (PCN-EM, 2000, p. 75). Assim, cada componente curricular é muito importante, sendo que os temas transversais devem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando a articulação com a Base Nacional Comum e a parte diversificada.

Quanto aos componentes curriculares do Ensino Fundamental que integram as áreas do conhecimento são: Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Materna para as populações indígenas, Língua estrangeira moderna; Arte; Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas; História; Geografia; Ensino Religioso.

Os componentes obrigatórios do Ensino Médio são: Linguagens: Língua portuguesa; Língua Materna para as populações indígenas, Língua estrangeira

moderna; Arte; Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza; Biologia; Física e Química; História; Geografia; Filosofia e Sociologia.

As habilidades, competências, procedimentos e atitudes, importantes para a vida do aluno, serão trabalhados de acordo com a Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, CBC's e as especificidades de cada aluno.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A equipe gestora, professores, especialistas e demais funcionários, juntamente com o Colegiado Escolar discutem e planejam em conjunto todas as ações a serem desenvolvidas durante o ano letivo e escolar na Escola Estadual Coronel Coimbra, tendo como base a Resolução do Calendário Escolar anual e com autonomia na organização interna das atividades e projetos a serem realizados. A comunidade escolar é envolvida à medida que cada atividade ou projeto é elaborado ocorrendo em dois momentos: primeiramente, elaboração de um plano anual e depois, em cada bimestre executa e avalia as atividades planejadas, de forma a garantir a participação de todos os alunos e das turmas envolvidas.

A escola administra os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio do Município, a Educação de Jovens e Adultos- EJA, Ensino Médio, o Curso Normal em Nível Médio – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, somando uma quantidade de 856 alunos, atendidos por 55 (cinquenta e cinco) profissionais docentes e 38 (trinta e oito) não docentes.

As atividades são desenvolvidas dentro e fora do prédio escolar, que já bastante antigo, comporta o número de alunos, mas requer melhores condições de funcionamento. Há salas de aula ociosas em todos os três turnos; um laboratório de ciências mal equipado e pouco utilizado; um laboratório de informática com máquinas novas e seminovas utilizado diariamente e não suficiente para atender toda a nossa demanda; não há laboratório de física e química; uma biblioteca com um acervo considerável, mas não modernizada; a estrutura da quadra poliesportiva está bastante comprometida, pois esta se localiza a um quilômetro de distância do prédio escolar e é sujeita a constantes depredações por terceiros.

Dentro da sua organização do tempo escolar, a Escola Estadual Coronel Coimbra adota o estipulado na Resolução SEE/MG nº. 2.197, de 26 de outubro de

2012, que nos seus artigos 7º, 8º 9º e 10º dispõem sobre o Calendário Escolar, devendo o mesmo garantir o mínimo de 200 dias letivos e carga horária de 800 horas para os Anos Iniciais; de 833 horas e 20 minutos para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio e, de forma gradativa, para o Programa Reinventado o Ensino Médio a carga horária de 1000 horas, totalizando 3000 horas ao longo de 3 anos, contemplando as áreas da Empregabilidade: Meio Ambiente, Empreendedorismo e Gestão.

A jornada escolar do Ensino Fundamental e Médio será de 4 horas e 5 horas respectivamente, de efetivo trabalho escolar, ou seja, 240 minutos diários no mínimo, assegurando a duração da semana letiva de 05 dias, respeitada carga horária conforme acima. A duração de cada aula ou módulo-aula será de 50 minutos nos três turnos.

O Ensino Fundamental com duração de 9 anos, estrutura-se em quatro ciclos escolares, considerados como blocos pedagógicos sequenciais, sendo que na Escola Estadual Coronel Coimbra, há apenas os ciclos: Intermediário, com duração de 2 anos, escolaridade 6º e 7º ano e o ciclo da Consolidação com duração de 2 anos, escolaridade 8º e 9º anos.

O Ensino Médio, etapa conclusiva da educação básica, organizado em séries, possui duração de 3 anos e tem por finalidade o disposto no artigo 53 da Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012: a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos do Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo de modo a ser capaz de adaptar as novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual do pensamento crítico.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA Ensino Médio é oferecida aos alunos com idade mínima de 18 anos, como curso presencial de duração de um ano e meio, organizado em três Módulos semestrais, cada um com 100 (cem) dias letivos cada.

A Educação Profissional e Tecnológica integra-se à modalidade da educação básica e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e articula-

se com o Ensino Médio Regular. É ofertado nesta modalidade o Curso Técnico em Informática, de acordo com o disposto na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e na Resolução CNE/CEB nº 04/99 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Em consonância com o Regimento Escolar, em seu Adendo nº 02/2012, Art.14: “O currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio será estruturado em disciplinas agrupadas em Módulos, de acordo com a especificação do Plano Curricular.” Desta maneira, o curso terá em, sua constituição 03 (três) Módulos semestrais, distribuído em um período de um ano e meio, no quais, cada Módulo será desenvolvido em 20 (vinte) semanas letivas totalizando 100 (cem) dias letivos.

De acordo com esta organização, a escola valoriza o espaço da sala de aula, laboratórios de informática e ciências, biblioteca, pátio e palco internos e quadra poliesportiva. Também desenvolve atividades extraclasse em outros espaços como biblioteca pública municipal, Centro Cultural, Centro de Educação Ambiental – CEAM, Usina de Triagem e Compostagem de lixo, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, espaço de lazer e outros, como o processo de formação humana, durante a organização do tempo escolar, sendo desenvolvidas atividades para explorar de forma efetiva outros espaços além da escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Estadual Coronel Coimbra vivencia uma gestão democrática e participativa, que vem sendo construída nos últimos anos, desde quando se instalou o processo eletivo de escolha do dirigente escolar dentro do sistema de ensino. No processo de democratização do ensino, a capacitação do dirigente escolar foi priorizada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, à luz dos projetos desenvolvidos, dentre estes: a Escola Sagarana, o PROCAD e o PROGESTÃO.

A educação antes centrada no professor x aluno na sala de aula, hoje é compartilhada entre as pessoas que buscam garantir o sucesso do aluno. Para se compartilhar estas ações, a atuação acontece numa instituição normativa dentro de

um sistema educacional, o qual segue uma hierarquia entre os administradores públicos nas instâncias Secretaria de Estado de Educação, Superintendência Regional de Ensino e Escola Pública. Nesta, a equipe gestora atua junto ao órgão colegiado para deliberar as questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Todas elas voltadas para a eficiência e a eficácia do ensino e aprendizagem do aluno.

O compromisso da nova gestão escolar ocorre envolvendo os segmentos que compõem o Conselho Colegiado, órgão deliberativo e consultivo, nele representados pelo segmento dos profissionais em exercício na escola: direção, professores e demais servidores; e segmento comunidade atendida pela escola: alunos, pais ou responsáveis. Confirmando o que nos diz Gonçalves e Carmo (2001, p.31):

Nesta gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas.

O cotidiano escolar é marcado por várias ações e tarefas do gestor escolar, ficando este responsável pela sua execução ou delegando funções aos servidores ou setores responsáveis dentro da escola. Contudo, mesmo contando com as equipes de trabalho, em cada setor, a forma de administrar o interior da nossa escola acontece numa mistura de gestão compartilhada e realização de tarefas individualizadas. Ainda conforme diz Gonçalves e Carmo (2001, p.30):

(...) o dirigente é ao mesmo tempo partícipe e o condutor do processo que dirige. Para isso ele precisa decidir delegando de forma simples uma força institucionalizada. Que é credenciado pelo seu saber, ele detém o poder de decisão, pois é ele quem autoriza, credencia e detém a confiança de seus pares.

Desta forma, a escola divide as tarefas setorialmente, a saber: Direção, Secretaria, Cantina, Colegiado Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais e Professores, Grêmio Estudantil, Caixa Escolar, Supervisão (Especialista em Educação Básica), Biblioteca, Laboratório, Sala de Informática e Finanças.

5.1 Direção: constituição e competências

A direção desta escola é exercida por um diretor e vice-diretor(es), nas hipóteses previstas na legislação vigente.

A Diretoria desta escola tem por finalidade, organizar, coordenar, acompanhar e avaliar, a partir de ações integradas todas as atividades desenvolvidas na escola.

A Diretoria tem seu funcionamento determinado pela legislação em vigor, em consonância com as necessidades do estabelecimento.

O Diretor deste estabelecimento de ensino deve comparecer à escola nos diferentes turnos, garantindo unidade do seu funcionamento.

Compete ao Diretor (a) responder integralmente pela escola, exercendo em regime de dedicação exclusiva as funções de Direção, mantendo-se permanentemente à frente da instituição, enquanto durar a investidura no cargo, atendendo ao disposto no Anexo II da Resolução SEE/MG nº 1.812, de 22 de março de 2011:

- I. Representar oficialmente a escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar;
- II. Zelar para que a escola estadual sob sua responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade, por meio das seguintes ações:
 1. Coordenar o Projeto Pedagógico;
 2. Apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação pedagógica;
 3. Adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos e sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas;
 4. Estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação;
 5. Organizar o quadro de pessoal e responsabilizar-se pelo controle da frequência dos servidores;
 6. Conduzir a Avaliação de Desempenho da equipe da escola;
 7. Responsabilizar-se pela manutenção e permanente atualização do processo funcional do servidor;
 8. Garantir a legalidade e regularidade da escola e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
- III. Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;
- IV. Indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;

- V. Prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola e a presidência do Colegiado Escolar;
- VI. Assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar, responsabilizando-se por todos os atos praticados na gestão da escola;
- VII. Fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG, observando os prazos estabelecidos.
- VIII. Observar e cumprir a legislação vigente.
 - Compete ainda ao Diretor da escola:
 - I. Zelar, por meio das ações abaixo detalhadas, para que a escola ofereça serviços educacionais de qualidade, conforme plano de metas pactuado com a Secretaria de Estado de Educação;
 - II. Convocar e presidir reunião de pais, professores, pessoal técnico e administrativo;
 - III. Orientar, supervisionar e coordenar o serviço pedagógico da Escola;
 - IV. Assinar certificados, transferências e demais documentos expedidos pela Escola;
 - V. Informar ao Ministério Público e Conselho Tutelar, para atuação junto ao aluno e à família, os casos de alunos infrequentes, em cumprimento às determinações da legislação vigente;
 - VI. Desincumbir-se de todas as atividades que por sua natureza, ou em virtudes das disposições regulamentares, não sejam decorrentes de suas atribuições.

Compete ao Vice-Diretor:

- I. Assumir as atribuições delegadas pelo Diretor da escola;
- II. Assumir as atribuições do cargo de Diretor na ausência do ocupante do cargo, observada a ordem de precedência;
- III. Assumir o cargo de Diretor, no impedimento do ocupante do cargo, observada a ordem de precedência;
- IV. Zelar para que a escola eleve, gradativamente, os padrões de aprendizagem escolar de seus alunos e contribua para a formação da cidadania;
- V. Cumprir os compromissos assumidos pelo(a) Diretor(a) nos seus afastamentos, bem como as funções inerentes ao cargo, para o turno no qual desempenha sua função.

5.2 Secretaria: constituição e competências

A Secretaria é responsável pela escrituração escolar, a execução e controle das normas administrativas, a documentação e arquivos escolares.

Os serviços da Secretaria serão executados pelo (a) Secretário(a) e pelos Assistentes Técnicos de Educação Básica.

Compete ao Secretário:

- I. Responder, perante a Direção, pelo expediente geral da Secretaria;
- II. Participar, juntamente aos seus Assistentes Técnicos de Educação Básica, do planejamento escolar e programar as atividades da Secretaria responsabilizando-se pela sua execução;
- III. Manter um sistema funcional de arquivamento que assegure a verificação da identidade de cada aluno e autenticidade de sua vida escolar;
- IV. Organizar e atualizar a documentação do pessoal em exercício na Escola;
- V. Assinar todos os documentos que devam, por lei, conter sua assinatura;
- VI. Atender às solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;
- VII. Atender à comunidade prestando esclarecimentos referentes à escrituração escolar e legislação vigente através de informes, por escrito, quando se fizer necessário;
- VIII. Manter atualizada a documentação escolar, zelando pela sua fidedignidade, de modo a poder ser utilizada por ocasião de coleta de dados ou para subsidiar os trabalhos da inspeção, supervisão e orientação escolar;
- IX. Responder, perante a Direção, pelo expediente e pelos serviços gerais da Secretaria dando-lhe assistência, executando ou fazendo executar suas determinações;
- X. Fornecer, em tempo hábil, os documentos solicitados;
- XI. Organizar e manter atualizado o acervo de recortes de leis, decretos, portarias, regulamentos, resoluções, comunicações e outros;
- XII. Não divulgar assuntos considerados sigilosos;
- XIII. Orientar o corpo docente quanto à escrituração dos dados da vida escolar dos alunos a ser encaminhado à secretaria para os devidos registros;
- XIV. Acompanhar a frequência diária dos servidores;

- XV. Articular-se com os setores técnico-pedagógicos para que nos prazos previstos, sejam fornecidos todos os dados referentes aos resultados do desempenho do aluno;
- XVI. Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, que lhe forem atribuídas pelo diretor;
- xvii. Desincumbir-se de todas as atividades que, por sua natureza, não estão no âmbito de sua competência.

Compete aos Assistentes Técnicos de Educação Básica:

- I. Executar tarefas administrativas relativas à sua função;
- II. Realizar trabalhos de digitação e mecanografia;
- III. Realizar trabalhos de protocolização, preparo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos e formulários;
- IV. Atender prontamente ao público em geral, prestando informações e transmitindo avisos e esclarecimentos;
- V. Atender à equipe técnica e aos professores nas atividades que estejam relacionadas aos serviços da secretaria;
- VI. Controlar os registros referentes aos alunos evadidos, transferidos e remanejados;
- VII. Zelar pelo uso e conservação do material, mobiliário e equipamentos sob sua guarda;
- VIII. Organizar e manter atualizados cadastros, arquivos, livros e outros instrumentos de escrituração da unidade escolar relativos aos registros funcionais dos servidores e vida escolar dos alunos;
- IX. Redigir ofícios, atas e outros expedientes;
- X. Preparar certidões, atestados, históricos escolares e outros documentos solicitados;
- XI. Organizar e manter atualizado os sistemas de informações legais e regulamentares de interesse da escola;
- XII. Coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados para a elaboração de informações estatísticas;
- XIII. Exercer suas atividades participando do processo que envolve o planejamento, a elaboração, a execução e a avaliação do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola;

- XIV. Exercer outras atividades integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola;
- XV. Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas pela direção.

5.3 Serviços Gerais: constituição e competências

Na escola há necessidade de serviços diários de conservação e limpeza, visando à higiene e conservação do patrimônio.

Os serviços gerais serão executados pelos Auxiliares de Serviços de Educação Básica, efetivos ou designados, lotados nesta escola.

São competências dos Auxiliares de Serviços de Educação Básica:

- I. Relacionar-se profissionalmente com todos, cumprindo normas, respeitando a diversidade, participando do trabalho de equipe e das ações da escola, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem e melhoria da convivência.
- II. Elaborar e executar o cardápio equilibrado dentro das normas legais, junto à direção, satisfazendo às necessidades nutricionais diárias dos alunos;
- III. Realizar o planejamento de compras dos alimentos, utensílios e materiais de limpeza;
- IV. Zelar pela limpeza das dependências da escola, garantindo a higienização diária da cozinha e refeitório;
- V. Usar com economicidade os materiais de limpeza e higiene, bem como os gêneros alimentícios;
- VI. Executar serviços de pequenos reparos, tais como: jardinagem, serviços hidráulicos, elétricos e de marcenaria.
- VII. Participar da elaboração e promoção de eventos da Escola;
- VIII. Colaborar com a organização e a disciplina da escola, respeitando o direito dos alunos.

5.4 Órgão Colegiado: constituição e competências

O Colegiado Escolar atua como órgão representativo da comunidade escolar, com funções deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitada a norma legal.

As funções deliberativas compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras previstas no Projeto Pedagógico da Escola.

As funções consultivas referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentação de sugestões para solução de problemas.

O Colegiado tem sua organização e seu funcionamento regulamentado pela Resolução SEE/MG nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014, sendo de sua competência:

- I. Elaborar e divulgar o cronograma das reuniões ordinárias;
- II. Aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola, do Plano de Ação e do Regimento Escolar;
- III. Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externas e internas, matrícula e evasão escolar) e propor, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- IV. Indicar nos termos da legislação vigente, servidor para provimento do cargo do diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e afastamentos temporários;
- V. Propor parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONG);
- VI. Propor e acompanhar a adoção de medidas que visem à promoção de uma cultura de paz no ambiente da escola;
- VII. Propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da caixa escolar, observadas as normas vigentes e acompanhar sua execução;
- VIII. Referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo conselho fiscal;
- IX. Opinar sobre a adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos, no âmbito da escola.

5.5 Conselho de Classe: constituição e competências

O Conselho de Classe funciona como um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma a construção do projeto pedagógico desta escola.

O Conselho de Classe se constitui do pessoal docente e técnico-pedagógico, sendo coordenado pelo Diretor ou por outro profissional por ele indicado. Sempre que julgar necessário, o Conselho de Classe poderá convidar pais e alunos para participar das reuniões.

Na escola há no mínimo 04 (quatro) reuniões do Conselho de Classe, ao longo do ano letivo, registrados no calendário escolar.

A Direção desta escola assegura ao Conselho de Classe as condições mínimas para seu funcionamento.

A organização dos horários de realização das reuniões é feita de modo a permitir que todos os seus membros efetivos participem.

As reuniões são registradas em atas que, dentre outros documentos escolares constituem-se como instrumento de consulta eventual dos elementos envolvidos, bem como subsídios importantes para a avaliação das próprias reuniões de Conselho de Classe e para o planejamento do trabalho como um todo.

O Conselho de Classe tem por objetivo servir de fórum de discussão para definição de:

- I. Objetivos a serem alcançados em cada disciplina;
- II. Metodologias e estratégias de ensino;
- III. Critérios de seleção de conteúdos curriculares;
- IV. Projetos coletivos de ensino e atividades;
- V. Forma de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos anos de escolaridades, ciclos, séries, períodos e módulos;
- VI. Formas de relacionamento com a família;
- VII. Adaptações curriculares para os alunos com necessidades educacionais especiais;
- VIII. Autoavaliação contínua do trabalho de docência.

5.6 Associação de Pais e Professores: constituição e competências

A Associação de Pais e Professores é assegurada por esta escola, tendo como finalidade reforçar os propósitos nos seguintes objetivos educacionais e sociais:

- I. Promover a melhoria através de cursos, convênios e campanhas de ajudas mútuas, incentivando a solidariedade, união e trabalho conjunto entre pais, alunos, professores desta escola, procurando a integração de toda a

comunidade escolar para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino e busca de uma escola de qualidade.

- II. Incentivar a comunidade escolar a lutar pela melhoria e manutenção da qualidade do ensino público e pela maior participação da mesma em todas as atividades da escola.

A Associação de Pais e Professores terá sua organização e funcionamento regulamentado por estatuto próprio.

5.7 Grêmios Estudantil: constituição e competências

Esta escola assegura o direito a organização de Grêmios estudantis, como entidades autônomas representativas dos interesses dos alunos com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

A organização, funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos em estatuto próprio.

5.8 Caixa Escolar: constituição e competências

A escola mantém uma Caixa Escolar regida por regulamento próprio, cujo funcionamento se dá em conformidade com a Resolução SEE/MG nº 2.245 de 28 de dezembro de 2012.

Conforme o Artigo 23 desta resolução constituem recursos financeiros da Caixa Escolar:

1. Subvenções e auxílios repassados pela União, Estado, Município, por particulares e entidades públicas ou privadas, associações de classe e outras.
2. Receita oriunda de eventos e promoções legalmente permitidas.
3. Contribuições voluntárias dos alunos, pais ou responsáveis ou da comunidade.

A Caixa Escolar tem como finalidade:

- I. Gerenciar os recursos financeiros destinadas às ações do processo educativo, assegurando que todos eles sejam revertidos em benefício do aluno;
- II. Promover, em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino;

- III. Colaborar na execução de uma política de concepção desta escola, essencialmente democrática, como agente de mudanças, que busca melhoria contínua em todas as dimensões;
- IV. Contribuir para o funcionamento eficiente e criativo desta escola, por meio de ações que garantam sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

São órgãos administrativos e deliberativos da Caixa Escolar:

1. A Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, constituída pela totalidade dos associados efetivos, em pleno gozo de seus direitos.
2. A Diretoria da Caixa Escolar: é constituída de presidente, secretário, tesoureiro e respectivos suplentes qualificados na Ata da Assembleia Geral.
3. O Conselho Fiscal: é composto de 03 (três) membros efetivos e suplentes, maiores de idade, escolhidos pela Assembleia Geral Ordinária para cumprimento de mandato nos termos da legislação vigente.

5.9 Supervisão - Especialista em Educação Básica: constituição e competências

O Especialista em Educação Básica tem o papel específico de articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família. Na organização do quadro de pessoal desta escola, a direção contará com a função do especialista em educação básica em conformidade com a legislação vigente.

A Escola Estadual Coronel Coimbra orientada pelo Serviço de Inspeção da Superintendência de Ensino e também em conformidade com as propostas de trabalho da Prefeitura Municipal de Sabará explicitadas no Edital 01/2012, estabelece como atribuições do Especialista em Educação Básica:

- I- Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no plano de desenvolvimento pedagógico e institucional desta escola:
 - a) Desenvolver com os professores as ações pedagógicas da escola, explicitando-as de acordo com a sua realidade;
 - b) Elaborar a proposta curricular da Escola, envolvendo professores e demais representantes da comunidade escolar;
 - c) Assistir aos professores na escolha e utilização dos procedimentos,

recursos didáticos e tecnológicos que atendam às práticas de sala de aula e outros espaços escolares;

- d) Auxiliar e participar da elaboração do calendário escolar, conforme legislação específica e divulgá-lo junto à comunidade escolar;
- e) Realizar planejamentos junto aos docentes de cada área e acompanhar o desenvolvimento do trabalho em sala de aula e outros espaços escolares;
- f) Avaliar o trabalho pedagógico, sistematicamente, com vistas à reorientação de sua dinâmica (avaliação externa);
- g) Participar, com o corpo docente, do processo de avaliação externa e da análise de seus resultados;
- h) Identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho da escola;
- i) Participar das atividades do Conselho de Classe ou coordená-las;
- j) Exercer em trabalho individual ou em grupo, a orientação, o aconselhamento e o encaminhamento de alunos em sua formação geral e na sondagem de suas aptidões específicas;
- k) Exercer atividades de apoio à docência.
- l) Exercer em unidade escolar a supervisão do processo didático como elemento articulador no planejamento, no acompanhamento, no controle e na avaliação das atividades pedagógicas conforme plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da unidade escolar;
- m) Exercer outras atividades integrantes do Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional da escola.

II- Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola:

- a) Analisar os resultados da avaliação sistemática feita juntamente aos professores e identificar as necessidades dos mesmos;
- b) Efetuar o levantamento da necessidade de treinamento e capacitação dos docentes, na escola;
- c) Manter intercâmbio com instituições educacionais e/ou pessoas, visando sua participação nas atividades de capacitação da escola;
- d) Analisar os resultados obtidos com as avaliações de capacitação docente, na melhoria nos processos de ensino e de aprendizagem;
- e) Planejar, executar e coordenar cursos, atividades e programas internos de capacitação profissional e treinamento em serviço.

III- Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo:

- a) Identificar, junto com os professores, as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- b) Orientar os professores sobre as estratégias mediante as quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas, a nível pedagógico;
- c) Encaminhar a instituições especializadas os alunos com dificuldades que requeiram um atendimento terapêutico;
- d) Promover a integração do aluno no mundo do trabalho, através da informação profissional e da discussão de questões relativas aos interesses profissionais dos alunos e à configuração do trabalho na realidade social;
- e) Envolver a família no planejamento e desenvolvimento das ações da escola;
- f) Proceder, com auxílio dos professores, ao levantamento das características sócio econômicas e linguísticas do aluno e sua família;
- g) Utilizar os resultados do levantamento como diretriz para as diversas atividades de planejamento do trabalho escolar;
- h) Analisar com a família os resultados do aproveitamento do aluno, orientando-o, se necessário, para a obtenção de melhores resultados;
- i) Oferecer apoio às instituições escolares discentes estimulando a vivência da prática democrática dentro da escola;
- j) Atuar como elemento articulado das relações internas na escola e externas com as famílias dos alunos, comunidade e entidade de apoio psicopedagógicos e como ordenador das influencias que incidam sobre a formação do educando;
- k) Atuar como elemento articulador das relações interpessoais internas e externas da escola envolvendo os profissionais, os alunos, seus pais e a comunidade escolar.

5.10 Biblioteca: constituição e competências

A Biblioteca é um espaço centralizador do acervo bibliográfico e de material especial desta escola, servindo de apoio as ações docentes e discentes à

construção do conhecimento, oferecendo suporte a pesquisas que propiciem aprendizagem e contribuam para a formação integral dos alunos.

A organização e funcionamento da Biblioteca estão sujeitos às normas estabelecidas pela direção da escola.

As atividades exercidas pelos professores para o “ensino do uso da biblioteca” estão estruturadas em cinco eixos fundamentais:

- I. Desenvolvimento profissional do professor para o “ensino do uso da biblioteca” escolar;
- II. Planejamento das ações da biblioteca escolar e proposta pedagógica da escola;
- III. Formação de leitores e envolvimento dos pais e comunidade;
- IV. Atuação no Plano de Intervenção Pedagógica da escola e na melhoria da aprendizagem dos alunos.

De acordo com a Resolução SEE/MG nº 2.442 de 07 de novembro de 2013, são atribuições específicas do professor para exercer a função “ensino do uso da biblioteca”:

- I. Atender aos alunos, realizando atividades de intervenção pedagógica;
- II. Orientar a utilização da Biblioteca Escolar para a realização de consultas e pesquisas;
- III. Desenvolver estratégias de incentivo ao hábito e ao gosto pela leitura;

Além do disposto na Resolução, o professor de ensino do uso da biblioteca deverá:

- I. Promover e administrar projetos de leitura a Competição Literária “Tempo de Leitura”, voltados para o âmbito escolar e salas de aula, uso da biblioteca, desenvolvendo junto a professores e alunos o hábito de leitura;
- II. Proporcionar condições e ambiente para o desenvolvimento de habilidades de consultas, estudos e pesquisas;
- III. Organizar e controlar o empréstimo de livros, textos didáticos aos alunos e professores do estabelecimento;
- IV. Zelar pela conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu setor de trabalho;
- V. Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.

5.11 Laboratório: constituição e competências

Os Laboratórios didáticos e profissionalizantes servem para atendimento das aulas práticas e terão seu funcionamento determinado pela Direção e professor responsável.

5.12 Sala de Informática: constituição e competências

A sala de informática desta escola tem como finalidades:

- I. Auxiliar o corpo docente, enriquecendo sua prática pedagógica e elevando a qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- II. Favorecer ao corpo discente o aperfeiçoamento de seus conhecimentos;
- III. Favorecer a integração escola e comunidade;
- IV. Ampliar as tecnologias da comunicação e informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.
- V. O uso da sala de informática é feito mediante apresentação de projetos, propostas de pesquisa, aulas práticas de interesse do aluno e da escola.

A direção da escola estabelece normas de atendimento e uso aos alunos de acordo com as necessidades e o estabelecido no Regimento Escolar, disponibilizando um professor que atenda aos usuários diariamente.

5.13 Finanças: constituição e competências

O setor financeiro da escola conta com um Assistente Técnico da Educação Básica – ATB Financeiro, responsável pela boa aplicação das verbas destinadas à Instituição, para suprir as necessidades da escola e garantir a qualidade dos serviços e produtos ofertados à comunidade escolar.

Cabe ao ATB Financeiro:

- I. Divulgar a toda comunidade escolar os recursos recebidos;
- II. Executar os processos licitatórios e dispensa de licitação, conforme a legislação vigente;
- III. Prestar conta da utilização dos recursos recebidos.

A direção da escola acompanha o desempenho dos servidores junto à Comissão de Avaliação de Desempenho, garantindo os meios necessários para uma avaliação fundamentada e imparcial, realizando reflexões sobre as realizações das ações setoriais.

O exercício da liderança na interior da escola se concretiza com o envolvimento de cada setor nas ações relativas à escola e a cada segmento, sendo estas discutidas, planejadas, executadas, avaliadas conjuntamente, de modo a garantir a participação e envolvimento de todos, buscando a qualidade da educação e o bom funcionamento escolar. Com isto, busca-se ser uma Instituição que promova um ensino atualizado, uma aprendizagem significativa, para o desenvolvimento do potencial de seus alunos, tornando-os capazes de argumentar e se posicionar em situações diversas, possibilitando-os a agir com discernimento, participando de forma democrática na construção de um ambiente sustentável.

Percebe-se assim, que na escola, a liderança, presente entre os vários setores, promove a participação e envolvimento de todos no ensino-aprendizagem, confirmando as ideias de Gonçalves e Carmo (2001, p.38):

(...) o Processo de Tomada de Decisão exerce o topo da pirâmide da interação, pois controla o grupo, coordena as decisões aproximando as normais concretas abstratas, desenvolvendo resultados e promovendo o equilíbrio com a sua liderança.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Numa perspectiva democrática de realização de ações coletivas, a equipe pedagógica e administrativa desenvolve o seu trabalho interligando as atividades de um setor com o outro da escola. Esta interação possibilita a troca de experiências favorecendo a solidariedade e reciprocidade no ambiente de trabalho.

Todavia, as atitudes no âmbito escolar refletem as divergências de pensamentos e concepções entre os membros de cada setor. Há sempre aqueles que se dispõem ao trabalho individual e coletivo e os que são resistentes às mudanças, novas posturas e em acatar as regras estabelecidas em decretos, resoluções e estatutos presentes na instituição escolar, quer seja por questões ideológicas, quer seja pelo desconhecimento da legislação que regulamenta o sistema público de ensino, como nos deixa claro Japecanga (2000, p.4):

Na realidade, a maioria das unidades escolares não está tranquila. Ao que parece, conflitos entre os atores são constantes por diversos motivos. E isso tem provocado ruptura de laços sociais importantes para se ter uma gestão realmente que invista na democratização das relações.

Nesse sentido, a equipe gestora busca meios de promover capacitações, encontros, discussões sobre o funcionamento da escola e sua proposta de ensino, a fim de mudar a concepção de uma escola enquanto mera transmissora de conteúdo, organizada burocraticamente. A escola moderna tende a envolver a todos – pais, professores, alunos, diretor, demais servidores e comunidade – na construção do seu projeto político pedagógico, criando sua própria identidade, onde há a participação efetiva de todos em suas propostas, estabelecendo metas, objetivos de forma a assegurar o ensino que privilegie o aluno em seu contexto social, econômico, histórico e cultural. Muitas vezes, o envolvimento no cotidiano da escola não ocorre com facilidade, visto que há pais ausentes, profissionais descompromissados e/ou desmotivados, alunos desinteressados, equipes pouco preparadas, comprometendo assim, o processo de democratização no interior da escola. Mas, como não há um modelo democrático a ser seguido, estes elementos fazem parte do exercício de construção da democracia no plano escolar, assentada na participação, explicitado por Japecanga (2000, p.6):

A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

No cotidiano da escola, há elementos diferenciados que incidem diretamente na construção da participação coletiva. Com um público bem diversificado, necessita-se de ações diversas para o seu atendimento e resolução de situações conflitantes que envolvem pré-adolescentes, adolescentes, jovens e adultos. Deste modo, observam-se ações próprias para lidar com cada turno de funcionamento da escola.

Frequentemente, surgem problemas ligados à sala de aula, identificados como “falta de interesse em aprender o conteúdo” e “indisciplina” por parte dos alunos, gerando assim conflitos no relacionamento professor x aluno, aluno x aluno, jovens x adultos. A tensão que se cria, na maioria das vezes, em determinadas situações requer interferências do professor junto ao Especialista e à Direção. Instala-se então o diálogo na busca da resolução do problema, na tentativa de reduzir os conflitos gerados. Nos casos em que não se estabelece a prática do diálogo, dá-se o encaminhamento aos pais ou responsável, como, quando se tratar de um desacato à autoridade ou desrespeito ao colega e/ou professor. E em outros

casos, que extrapolam a questão do ensino/aprendizagem e que a situações as familiares e sociais não são favoráveis, faz-se necessária a tomada de decisões junto a outros órgãos ou entidades, como Colegiado Escolar, Conselho de Classe, Assistência Social, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude.

A intenção do professor é sempre criar um clima favorável à aprendizagem do aluno, no qual há sempre aqueles alunos dispostos a participar de grupos na realização de atividades e trabalhos, atuando junto aos que apresentam maior dificuldade, favorecendo a aprendizagem. Por outro lado, há aqueles que dificultam, em algumas turmas, a consolidação da prática pedagógica, e conseqüentemente contribuem para o baixo rendimento escolar e na queda dos resultados nas avaliações internas e externas.

A partir destas vivências, cabe à escola criar alternativas visando a melhoria da aprendizagem e das relações interpessoais no seu dia a dia. Um passo inicial é o reconhecimento da realidade socioeconômica dos educandos e de suas famílias, para depois estabelecer propostas de intervenção pedagógica e mobilização das equipes de trabalho para atendimento diferenciado extraclasse.

7. AVALIAÇÃO

De acordo com o Parecer 1.132/97 da SEE/MG, a verificação do desempenho escolar busca avaliar o grau de desenvolvimento do aluno, conhecer as dificuldades e possibilidades a fim de programar ações educacionais necessárias.

Na Escola Estadual Coronel Coimbra a avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, é parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica.

Esta ação conjunta vem de encontro ao pensamento de Navarro (2004, p.1):

(...) todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo.

Participam da avaliação todas as pessoas diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem dos alunos. A avaliação da aprendizagem acontece durante o processo educativo e deve, conforme Resolução SEE/MG nº 2.197:

- I. Assumir caráter processual, formativo e participativo;
- II. Ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III. Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos do aprendizado do aluno;
- IV. Fazer prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- V. Assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de serem devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI. Prover obrigatoriamente intervenções pedagógicas ao longo do ano letivo para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII. Assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos de componentes curriculares ao longo do ano letivo aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII. Possibilitar a aceleração de estudos para alunos com distorção idade – ano de escolaridade.

Tendo em vista ainda a resolução acima citada, a avaliação da aprendizagem, como parte do processo pedagógico, tem por finalidades:

- I. As adequações do plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- II. O atendimento diferenciado aos alunos;
- III. O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno;
- IV. Estudos de recuperação;
- V. Aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- VI. Avanço nos cursos e anos de escolaridade mediante verificação de aprendizagem.

A Escola, assessorada pela equipe pedagógica e inspeção escolar, cria condições que favoreçam a revisão dos conteúdos trabalhados e avaliados, durante o bimestre escolar, propondo ações pedagógicas diferenciadas para os alunos que não atingiram o mínimo de 60% (sessenta por cento) na distribuição dos pontos. A análise dos resultados das avaliações internas da aprendizagem realizadas nesta escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica –

SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica – PROEB, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE são considerados para a elaboração, anualmente, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), conforme propõe Navarro (2004, p.2):

Dentre as muitas sugestões para o processo avaliativo, considera-se importante:

- a) analisar os resultados do SAEB relativos à sua escola e/ou região;
- b) explorar as avaliações já desenvolvidas internamente pela escola ou pelo seu respectivo sistema;
- c) imprimir uma avaliação própria.

As características apresentadas anteriormente significam para o professor:

- I. A avaliação é um processo para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, ou seja, da aquisição de competências e habilidades necessárias a sua formação;
- II. A avaliação é um processo para verificar a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca de uma adequação às características dos alunos;
- III. A avaliação é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global do aluno.

Para o aluno a avaliação apresenta um momento de aprendizagem, na medida em que propicia a tomada de consciência dos seus progressos e dificuldades.

A avaliação incorpora, além da dimensão cognitiva, outras dimensões (cultural, social, biológica e afetiva) que fazem parte do processo de formação integral do educando, confirmado pelas ideias de Navarro (2004, p.3):

Assim, além da avaliação do desempenho dos estudantes, deve-se procurar estabelecer um cronograma que contemple as demais dimensões do processo educativo, tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes e não-docentes.

Na avaliação da aprendizagem são utilizados procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como: observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando à faixa etária e às características do desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a

aprendizagem dos alunos como diagnóstico para intervenções pedagógicas necessárias, conforme o disposto no Art. 70 da Resolução SEE/MG nº 2.197.

As formas e os procedimentos utilizados por esta escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, expressam, com clareza, o que é esperado do educando com relação à sua aprendizagem devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

7.1 Avaliação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Na avaliação do aproveitamento do aluno é adotado o sistema de pontos cumulativos, a partir do 6º ano de escolaridade do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A avaliação é expressa em pontos cumulativos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, por Componente Curricular, distribuídos em 04 (quatro) bimestres/etapas letivas:

- I. 1º bimestre/ etapa letiva - 25 (vinte e cinco) pontos;
- II. 2º bimestre/ etapa letiva - 25 (vinte e cinco) pontos;
- III. 3º bimestre/ etapa letiva - 25 (vinte e cinco) pontos;
- IV. 4º bimestre/ etapa letiva - 25 (vinte e cinco) pontos.

A distribuição dos pontos em cada bimestre ou etapa é feita da seguinte forma:

- I. 40% (quarenta por cento) dos pontos serão atribuídos às atividades diversas que ocorrerão durante o bimestre ou etapa, trabalhos individuais ou em grupos, exercícios, pesquisas e outros a critério do professor, conforme legislação vigente;
- II. 60% (sessenta por cento) dos pontos serão atribuídos às avaliações bimestrais.

As provas, testes e demais instrumentos de avaliação, depois de corrigidos, são apresentados ao aluno para análise e verificação dos resultados.

Os conteúdos de Ensino Religioso, Educação Física e Arte são trabalhados através de projetos, são atribuídas notas, contudo não são objeto de reprovação.

7.2 Avaliação na Educação Jovens e Adultos, Ensino Médio

A avaliação da Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é expressa em pontos cumulativos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, por Componentes Curriculares, distribuídos em 02 (duas) etapas dentro de cada semestre:

- I. 1.^a Etapa - 50 (cinquenta) pontos;
- II. 2.^a Etapa - 50 (cinquenta) pontos.

Devem ser considerados na análise do desempenho escolar, na modalidade de Educação de Jovens Adultos, os seguintes aspectos:

- I. A aprendizagem do aluno, o investimento que ele faz nos estudos e o seu compromisso com a escola;
- II. O ritmo do aluno, as suas especificidades no processo de aprendizagem e as metodologias adequadas às suas necessidades.

Aos alunos com desempenho escolar insuficiente são dadas novas oportunidades de aprendizagem no decorrer do ano letivo e após o mesmo, conforme legislação em vigor.

Ao final de cada bimestre, a equipe pedagógica e professores comunicam aos pais, responsáveis e alunos maiores de idade, por escrito, em até 20 (vinte) dias, em reuniões por turnos, os resultados obtidos e as propostas de intervenções para os alunos que não alcançaram os resultados recomendados. Àqueles que não puderem comparecer no dia estipulado pela escola, a equipe pedagógica atende-os em horários diferenciados, resguardando-os o direito a informação sobre a situação de seus filhos.

No encerramento do ano letivo e após os estudos independentes de recuperação, a escola comunica, por escrito, aos pais (conviventes ou não com os filhos) ou responsáveis o resultado final de avaliação da aprendizagem dos alunos, informando a situação de progressão parcial quando for o caso.

7.3 Avaliação no Curso Técnico/PRONATEC

A avaliação da aprendizagem neste projeto de ensino apresenta as mesmas características expressas na Resolução SEE/MG nº 2.197:

- I. Ser contínua, processual e cumulativa;
- II. Ser formativa, dinâmica e participativa;
- III. Ser diagnóstica e investigativa;

IV. Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;

As características apresentadas anteriormente significam para o professor que a avaliação é um processo para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, ou seja, da aquisição de competências e habilidades necessárias à sua formação.

A Avaliação é um processo para verificar a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca de uma adequação às características do aluno, como nos diz Navarro (2004, p.1):

Percebe-se que, na avaliação a ser empreendida pelo Conselho Escolar, há de se considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros.

Para o aluno, a avaliação representa um momento de aprendizado na medida em que propicia a tomada de consciência dos seus progressos e dificuldades.

A avaliação é expressa em pontos cumulativos numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos por componente curricular assim distribuídos:

- I. 60 (sessenta) pontos em atividades diversas que ocorrem durante o bimestre ou etapa, trabalhos individuais ou em grupos, exercícios, pesquisas e outros a critério do professor;
- II. 40 (quarenta) pontos que são atribuídos em provas ou testes definidos pelo professor.

Os pontos em cada disciplina são distribuídos em duas etapas letivas:

- I. Primeiro Trimestre: 40 (quarenta) pontos
- II. Segundo Trimestre: 60 (sessenta) pontos

Na aprovação do aluno são considerados avaliação do aproveitamento o mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada conteúdo curricular e apuração da assiduidade, frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no período letivo.

A escola organiza diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e após o mesmo, estudos orientados, recuperação paralela, após o encerramento do período/etapa letivo para os alunos que não apresentarem domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período, conforme previstas para o período, conforme previsto pela Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012.

No encerramento do período letivo e após os estudos independentes de recuperação, é adotado o regime de progressão parcial, podendo o aluno que não apresentar desempenho mínimo exigido em até dois componentes curriculares, matricular-se no módulo seguinte para cursar sob a forma de estudos orientados, conforme o plano de Intervenção Pedagógica, ao longo do período subsequente, as disciplinas, desde que não constitua pré-requisito de para prosseguimento do curso. O aluno concluirá o curso, somente quando obtiver aprovação em todas as disciplinas do currículo.

7.4 Avaliação no Curso Normal em Nível Médio

A avaliação de desempenho do aluno no Curso Normal em Nível Médio – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais – é contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais, conforme a Resolução SEE/MG nº 2.197.

Os instrumentos e situações de avaliação adotadas pela escola são os mais variados: escritos, orais, trabalhos, pesquisas individuais, em dupla e em grupo. Cabe ao professor observar, interpretar, investigar e acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar seus progressos.

A avaliação no curso é contínua, mediante atualização de variados instrumentos e procedimentos que possibilitem a medida do desempenho e do ritmo, a comparação entre os objetivos propostos e as aprendizagens alcançadas ao final do período letivo.

A avaliação é expressa em pontos cumulativos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), por conteúdos curriculares, distribuídos em cada disciplina, durante cada período, em duas etapas:

1ª etapa letiva 50 (cinquenta) pontos;

II- 2ª etapa letiva 50 (cinquenta) pontos.

Na aprovação do aluno são considerados avaliação do aproveitamento o mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada conteúdo curricular e apuração da assiduidade, frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no período letivo.

A escola organiza diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e

após o mesmo, estudos orientados, recuperação paralela, após o encerramento do período/etapa letivo para os alunos que não apresentarem domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período, conforme previstas para o período, conforme previsto pela Resolução nº 2197, de 26 de outubro de 2012.

No encerramento do período letivo e após os estudos independentes de recuperação, é adotado o regime de progressão parcial, podendo o aluno que não apresentar desempenho mínimo exigido em até três disciplinas, matricular-se no período seguinte para cursar sob a forma de estudos orientados ao longo do período subsequente, desde que não constitua pré-requisito para prosseguimento do curso. O aluno concluirá o curso, somente quando obtiver aprovação em todas as disciplinas do currículo.

Sabendo-se que a avaliação da aprendizagem do aluno serve como parâmetro da avaliação do trabalho do professor, a avaliação institucional reflete os resultados e o sucesso dos sujeitos envolvidos no processo educacional e garante a qualidade do trabalho da escola.

Portanto, o resultado da avaliação institucional é reflexo de todas as ações que envolvem a comunidade escolar, o Estado e a sociedade civil, como afirma Souza (2005, p.4):

A escola possui cidadãos, que são profissionais ou usuários desta fundamental instituição pública. Desta forma, mesmo entendendo a centralidade da função pedagógica e dos sujeitos da educação escolar, não cabe olharmos para a avaliação institucional como uma alternativa para controlarmos apenas as ações das pessoas que trabalham na escola, sob pena de esquecermos de fora a responsabilidade dos próprios alunos, ou o fundamental papel que têm as famílias dos alunos ou o importante dever que têm o Estado e a sociedade para com a educação pública.

Na Escola Estadual Coronel Coimbra as avaliações externas e avaliações de desempenho dos gestores e servidores servem como parâmetros na construção do processo de avaliação institucional. Os resultados obtidos na Avaliação do SIMAVE/PROEB e PAAE e as metas propostas pela Secretaria de Estado de Educação, dentro do Plano de Metas servem de discussões internas e externas na busca de melhoria dos resultados da escola.

Os gestores e servidores passam pela Avaliação de Desempenho Individual - ADI e estes são avaliados pelo Colegiado Escolar e Comissão de Avaliação, respectivamente, dentro dos critérios: desenvolvimento profissional, relacionamento interpessoal, compromissos profissional e institucional, habilidades técnicas e profissionais. A Comissão de Avaliação, junto à chefia imediata, avalia e notifica o

gestor e o servidor, utilizando um período avaliatório anual e a pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo necessária a obtenção do mínimo de 70%, demonstrando um rendimento satisfatório, de acordo com a SEE/MG. A realização da ADI tem como base um Plano de Gestão Individual (PGDI) elaborado e executado pelo gestor e por cada servidor, levando em consideração a forma de trabalho, a sua função e a sua execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os quase 70 (setenta) anos de funcionamento, por esta instituição passaram os filhos das famílias carbonitenses, que se tornaram hoje os profissionais e atuam nas diversas áreas, como: professores, gestores, secretários, engenheiros, enfermeiros, médicos, dentistas, advogados e outros que têm o seu reconhecimento pela comunidade, sem perder de vista a importância que esta escola representa na vida destas pessoas. Percebe-se então o papel social que a escola desempenha e que hoje se constrói através do seu PPP, como nos faz refletir Oliveira (1996, p.1):

De modo geral, estudos na área de políticas e gestão escolar mostram que os professores e os gestores apresentam uma compreensão muito positiva do PPP, pois reconhecem sua importância no entendimento de qual seja a função social da escola e no estabelecimento de um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, levando a comunidade local e escolar, especialmente os alunos, a se apropriarem do saber como um direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo-espço.

A Escola Estadual Coronel Coimbra centraliza o atendimento ao aluno do Ensino Médio, atendendo aos alunos que dão continuidade de estudo do Ensino Fundamental cursado na própria escola e aos alunos das demais escolas da rede estadual e municipal das áreas urbana e rural. As propostas pedagógicas para melhoria da qualidade deste nível de ensino estão previstas nos programas do Ministério da Educação – Pacto Nacional pelo Ensino Médio, Programa Ensino Médio Inovador e o programa da Secretaria de Estado de Educação – Reinventando o Ensino Médio; todos estes voltados para redução das elevadas taxas de abandono, repetência e distorção série/idade, problemas estes que são os atuais desafios da nossa instituição. Além destas propostas para aumento da qualidade e de oportunidades que atendam o aluno do Ensino Médio, a escola oferece os cursos

de formação profissional: Técnico em Informática e Curso Normal em Nível Médio – professor de Educação Infantil e Anos Iniciais.

A preocupação dos gestores, do corpo docente e administrativo nos momentos de reformulação do Projeto Político Pedagógico é estarmos sintonizados com os problemas sociais, dentro do espaço em que está inserida a nossa escola, buscando adaptar os currículos com novas metodologias e recursos que retratem a sociedade em constante mudança para que nossos educandos se sintam integrados, em condições de prosseguimento dos estudos e de inserção no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 04/08/14.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacional: ensino médio**. Brasília, MEC, 2000.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 16/08/14.

CARBONITA. Adendo nº 02/2012, p.5. In: **Regimento Escolar. Escola Estadual Coronel Coimbra**. Carbonita/MG, 2012.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 16/07/14.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 04/07/14.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 06/07/14.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espços da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 17/07/14.

GADOTTI Moacir. **Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola.** Disponível em: http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491lt003Ps002/Projeto_ped_Esc_Sagarana_2000.pdf> Acesso em 15/07/14.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 21/07/2014.

JAPÉCANGA, *Alaíde Pereira*. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica.** In: Revista ORG & DEMO, vol. 1, nº 1,2000. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/458>> Acesso em 22/07/14.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www..org/curriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 11/07/14.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Parecer nº 1.132/97.** Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BCF198F45-BDF04A23979F-B87673516D0E%7D_PARECER%20113297.pdf> Acesso em 02/08/14.

_____. **Resolução nº 1.812/11.** Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD3888847-691F-4119-8D9E-F04261D57856%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%201812-2011%20-%20Republica%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 16/08/14.

_____. **Resolução nº 2.197/12.** Disponível em: <
http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf>. Acesso em: 16/08/14.

_____. **Resolução nº 2.245/12.** Disponível em: <
http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7BD75BDE26-8030-4BE9-A73B-701D260126D9%7D_Anexo%20Interm%C3%B3dulo%20VI%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEE%20n%C2%BA%202.245-2012%20-%20de%2028-12-12.pdf>
 Acesso em: 16/08/14.

_____. **Resolução nº 2.442/13.** Disponível em: <
<http://sindutemg.org.br/novosite/files/RESOLUCAO-SEE-N-2442.pdf>> Acesso em: 16/08/14.

_____. **Resolução nº 2.554/14.** Disponível em: <
<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2554-14-r.pdf>> Acesso em: 16/08/14.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 04/04/14.

_____. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços - 2010.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 12/07/14.

MORETTO, Vasco Pedro. **O construtor de condições.** Revista Dois Pontos, nov/dez, 1997.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto - 2010.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/07/14.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 05/08/14.

SABARÁ, Prefeitura Municipal. **Editais 01/2012**. Disponível em: <http://concursosnobrasil.com.br/concursos/edital/edital-sabara.html> Acesso em: 30/08/14.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/07/14.

_____. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 05/08/14.

_____. **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 05/07/14.

VASCONCELOS, Celso. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5.ed. São Paulo: Libertad, 2004.

_____. **Metodologia Dialética em Sala de Aula**. In: *Revista de Educação AEC*. Brasília: abril de 1992 (n. 83).